



**Companhia Celg de Participações -
CELGPAR**

**CNPJ 08.560.444/0001-93
CAPITAL ABERTO**

**Relatório da Administração
Exercício findo em
31 de dezembro de 2020**

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação dos senhores acionistas o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia Celg de Participações – CELGPAR (“CELGPAR”), acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário e Parecer do Conselho Fiscal, bem como as Declarações dos Diretores que reviram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras e as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, conforme disposto no art. 25º, § 1º, incisos I, II, III, V, VI e IX da Instrução CVM Nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Informamos que as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas estão em conformidade com os padrões estabelecidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, chamados de *International Financial Reporting Standards* – IFRS, e por sua vez, em conformidade com os normativos formulados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A CELGPAR, tendo o Estado de Goiás como seu principal controlador, jurisdicionada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação - SEDI, foi constituída em 4 de dezembro de 2006, proveniente da segregação de ativos da Companhia Energética de Goiás, sendo criada por Escritura Pública, conforme autorização concedida pela Lei Estadual nº 15.714 de 28 de junho de 2006. A CELGPAR é uma Companhia por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de Distribuição, Transmissão, Geração e Comercialização de energia elétrica.

A holding detém participação acionária na subsidiária integral CELG Geração e Transmissão S.A. – CELG GT (“Celg GT”), e dentre as realizações ocorridas no ano de 2020 destaca-se, de forma individual e consolidada, a concretização das seguintes ações:

a) Estabelecimento de medidas concretas de enfrentamento da pandemia de COVID-19, no sentido de preservação da continuidade operacional e implementação de medidas sanitárias com vistas a garantir a saúde de todos os seus colaboradores e empregados;

b) Finalização do processo de aumento do seu capital social, ocorrida na 50ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 03 de abril de 2020, cujo objetivo principal foi alcançado, tendo sido solucionada a situação do Passivo a Descoberto da Companhia;

c) Redução do seu capital social, ocorrida na 53ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 28 de maio de 2020, para a restituição aos seus acionistas da importância correspondente à totalidade do Lucro Líquido do Exercício social de 2019 apurado pela CELG GT o que, na prática, correspondeu à distribuição da totalidade dos dividendos apurados por esta Controlada, demonstrando de forma efetiva a situação de equilíbrio econômico-financeiro da concessão de Geração e Transmissão vinculada à Celg GT;

d) Divulgação de Fato Relevante ao Mercado no dia 26 de fevereiro de 2020, onde a Celgpar comunicou aos seus acionistas que recebeu, por ofício, a determinação do representante do acionista controlador, para que seja contratada empresa ou consórcio de empresas para elaboração de estudos e posterior assessoria, para alienação das ações de sua propriedade na Controlada Celg GT e suas participações em outros empreendimentos. Estas tratativas encontram-se em andamento, tendo ocorrido a contratação de consórcio de empresas para a referida avaliação, e concluída as etapas de *Due Diligence*, entrega da avaliação econômico-financeira da Celg GT e apresentação da modelagem da operação para subsidiar o processo decisório da Celgpar, tratativas estas que serão descritas na Nota Explicativa de Eventos Subsequentes destas Demonstrações Financeiras.

Por todos estes aspectos, a administração da CELGPAR agradece a colaboração de seus empregados, clientes, fornecedores, acionistas e sociedade, em especial o apoio recebido pelo acionista majoritário, na pessoa do Governador Ronaldo Ramos Caiado.

Lener Silva Jayme
Presidente

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de Reais ou em outra base quando indicado)

1- CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 2020 foi profundamente marcado pelos efeitos da pandemia de COVID-19 e medidas de enfrentamento, que refletiram negativamente na economia global, cujas medidas sanitárias adotadas em diversos países desencadeou choques sobre a atividade econômica e no mercado de trabalho.

Cumpri destacar que no Brasil, os reflexos da crise impactaram fortemente indicadores econômicos e sociais, os quais, por já se encontrarem abalados por questões políticas e econômicas, desencadearam impactos ainda maiores com a pandemia.

A título ilustrativo, a economia brasileira vem apresentando nos últimos anos, taxas de crescimento do produto interno bruto negativos, ou muito baixos, bem como uma geração de emprego insatisfatória. De acordo com dados divulgados pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o PIB cresceu 1,4% e, em 2020, no acumulado de janeiro a outubro, decresceu em 5% em decorrência da forte contração no 1º semestre de 2020. Apesar de o 3º trimestre de 2020 ter registrado crescimento do PIB de 7,7%, a expectativa para fechamento deste indicador poderá ficar abaixo das expectativas anunciadas pelo Banco Central do Brasil.

Destaca-se que o PIB, apresentou uma deterioração do consumo das famílias de 2,0% e 11,3% nos dois primeiros trimestres de 2020 e reversão no terceiro trimestre com crescimento de 7,6%. Os gastos do governo foram, respectivamente, 0,5%, -7,7% e 3,5%, para o mesmo período. Já a taxa de investimento do país (formação bruta de capital fixo) apresentou um crescimento de 2,4% no primeiro trimestre, queda de 16,5% no segundo trimestre e elevação de 11% no terceiro trimestre. Em relação as importações houve retração de 0,5%, 12,4% e 9,6%, respectivamente, e as exportações tiveram aumento de 1,9% e 1,6% nos dois primeiros trimestres de 2020 e contração de 2,1% no terceiro trimestre de 2020. A intervenção do governo federal mediante o auxílio emergencial foi primordial para que o resultado do PIB refletisse o consumo das famílias no ano de 2020.

Chama também a atenção os efeitos nas contas do Governo Central, cujo resultado primário no ano de 2020 está alcançando um déficit acumulado de R\$ 743,09 bilhões, divididos em Tesouro Nacional (R\$ 483,41 bilhões), Banco Central (R\$ 0,60 bilhões) e Previdência Social (R\$ 259,08 bilhões). Em torno disso, contribuíram negativamente a arrecadação de toda a receita do governo federal, decréscimo de 13,1%. É importante destacar que houve redução das contribuições para o Regime Geral de Previdência Social, na ordem de 5,3%, em virtude da redução real da massa salarial, bem como pelo crescimento das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária em decorrência da Lei nº 13.670/2018.

Por conta do aumento do desemprego, houve impacto no crescimento das despesas com os benefícios previdenciários, perfazendo um acréscimo de 2,8%. A elevação decorre da correção dos benefícios pela variação do INPC/IBGE e salário mínimo. Destaca-se que o crescimento deste benefício é inferior ao de 2019 por conta da reforma da previdência e da situação de calamidade pública decorrente da pandemia.

O salto dos gastos públicos atrelou-se também ao fato de que o governo federal teve Créditos Extraordinários com a implementação de medidas do combate ao COVID-19 que consumiram R\$ 440,87 bilhões, principalmente por conta de Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade (R\$ 293,1 bilhões); Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios (R\$ 41,8 bilhões); Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (R\$ 33,5 bilhões); e Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito (R\$ 58,1

bilhões). Assim, as medidas de preservação à renda das famílias e ao emprego ocasionaram forte aumento do endividamento público no ano de 2020.

Face ao exposto, a pandemia causada pela COVID-19 e seus efeitos sobre a atividade econômica repercutiram na desaceleração econômica que vem ocorrendo no Brasil desde 2015. Muito embora a economia tenha apresentado uma reação no 3º trimestre de 2020, esta não foi suficiente para reverter a forte queda dos agregados macroeconômicos do 1º semestre de 2020, e ainda não apresenta sinais para melhoria das expectativas para o exercício de 2021, em virtude da situação que instalada no setor de Indústria e de Serviços e ao baixo patamar da Formação Bruta de Capital Fixo.

Diante dos efeitos da grave crise econômica, as respostas de política fiscal e monetária foram fundamentais para evitar uma queda ainda mais aguda do PIB. A autoridade monetária deu prosseguimento ao processo de maior flexibilização monetária e a taxa de juros atingiu o patamar de 2% a.a. a partir de agosto/2020, buscando ampliar a liquidez do sistema financeiro e melhorar o fluxo de crédito no Brasil.

Assim sendo, a reversão deste arranjo macroeconômico dependerá, dentre outros, das reformas adiadas para 2021 qual seja: administrativa, políticas de concessões, austeridade fiscal e à política de privatizações.

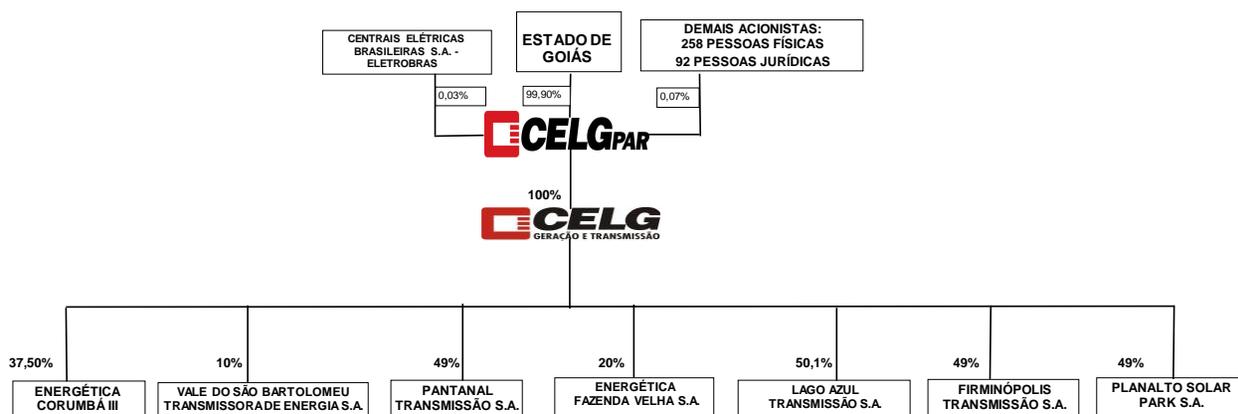
No que tange a inflação, verifica-se nos últimos anos que ela se manteve nos patamares do regime de metas inflacionárias, muito em função da baixa atividade econômica. Porém em 2020 ocorreram sinais de repique inflacionário mesmo com incentivos de liquidez promovidos pelo Banco Central mediante queda da taxa de Selic para 2% (menor já registrado na história). Tal fato se sucedeu em decorrência da elevação das exportações, o efeito *pass through* da depreciação cambial em virtude do encarecimento de *commodities* e insumos industriais repassados nos custos de produção, impactando negativamente a oferta de produtos para o mercado interno brasileiro.

Por fim, diante de um Produto Interno Bruto PIB negativo, após vários anos de baixo desempenho, inflação levemente acima da meta e, taxa básica de juros negativos, verifica-se um redirecionamento de recursos por parte dos investidores do mercado financeiro para atividades econômicas atrativas, como por exemplo, as reguladas, e, um retardamento na demanda de energia, impactando na oferta de investimentos através de leilões, principalmente de energia.

2- ANÁLISE SETORIAL

2.1 – GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A CELG GT foi criada após a cisão das atividades de Distribuição, Geração e Transmissão, determinada pelo Poder Concedente através da Lei nº. 10.848/2004. A Companhia é uma subsidiária integral da CELGPAR, sendo a atual composição acionária a seguinte:



Atualmente, a Controlada CELG GT possui participação em duas Sociedades na área de Geração (Corumbá III e Energética Fazenda Velha), além de participar de uma série de projetos de geração a partir de fonte hidrelétrica (discriminados no item 2.1.2). Participa, ainda, de quatro sociedades de propósito específico – SPE já constituídas no segmento de Transmissão (Vale do São Bartolomeu Transmissora S.A., Pantanal Transmissão S.A., Lago Azul Transmissão S.A. e Firminópolis Transmissão S.A.) e de uma SPE no segmento de Geração Fotovoltaica (planta de 5MW) em fase pré-operacional denominada Planalto Solar Park S.A., a ser implantada na Subestação Planalto, no município de Morrinhos – GO.

2.1.1 ATIVIDADES DE TRANSMISSÃO

No encerramento do exercício social de 2020, em decorrência do Contrato de Concessão Corporativo de Transmissão nº 063/2001, a Controlada CELG GT detinha 756 km de Linhas de Transmissão situadas no Estado de Goiás.

Além das Linhas de Transmissão, a Controlada CELG GT opera e mantém 12 subestações, as quais possuem atualmente capacidade instalada de 4.188 MVA e um Compensador Estático 500 kV, com capacidade instalada de -150/+300 MVar.

De forma complementar, a Controlada CELG GT possui mais dois Contratos de Concessão Corporativos de Transmissão, de números 003/2015 e 004/2016, referente à Linha de Transmissão 230KV de 11km (LT Itumbiara-Paranaíba), e implantação de Compensador Estático de 300MVA na SE Luziânia, respectivamente.

O investimento total nas atividades de transmissão realizado pela Controlada CELG GT em 2020 foi de R\$ 66,1 milhões, mantendo um investimento maior em 9,53% que a média dos últimos 5 anos, na ordem de R\$ 60,35 milhões.

2.1.2 ATIVIDADES DE GERAÇÃO

A Controlada CELG GT, em função da sua participação no Leilão Aneel nº. 12/2015, detém a concessão da Usina de Rochedo até 04 de janeiro de 2046, conforme Contrato de Concessão nº. 002/2016. Além disso, a empresa continua operando temporariamente a Usina de São Domingos, em atendimento à Portaria nº. 352/2013, emitida pelo Ministério das Minas e Energia - MME. Além disto, ela participa como acionista das Usinas Corumbá III e PCH Fazenda Velha. Abaixo apresenta-se as informações gerais sobre os empreendimentos:

Usina/PCH	Instrumento/Concessão	Potência Instalada	Garantia Física	Início Operação Comercial	Vencimento	Participação CELG GT	Energia Vendida /Cota
Rochedo*	Contrato 02/2016	4 MW	3 MW	abr/56	jan/46	100%	Cota
São Domingos	Portaria 352/2013 - MME	12 MW	7,2 MW	jun/90	-	100%	Cota
UHE Corumbá	Contrato 126/2001	94,6 MW	50,9 MW	out/09	nov/36	15%	Energia Vendida
Fazenda Velha	Portaria 265/2014 - MME	16,5 MW	8,9 MW	mar/16	jun/49	20%	Energia Vendida

*Conforme Contrato de Concessão 70% na garantia física submete-se ao regime de cotas de garantia física e 30% comercializada conforme interesses da Companhia.

Está em estudo, no âmbito da ANEEL, a expansão da Usina Rochedo em mais 9MW. Além disto, a Controlada CELG GT possui outros projetos em estudo, como o Consórcio Médio Rio Claro, o Consórcio Rio Claro, o Consórcio Meia Ponte e o Consórcio Rio Mosquito, com previsão de capacidade instalada na ordem de 341,9 MW, sendo a participação média da Controlada CELG GT de 25,4%, totalizando 86,71 MW.

2.1.3 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2020, o lucro líquido da Controlada CELG GT foi de R\$ 165.643, comparativamente ao lucro líquido de R\$ 71.097 apresentado em 2019. A receita operacional líquida atingiu R\$ 278,424, enquanto em 2019 situou-se em R\$ 209.474. Verifica-se, em 2020, a manutenção dos incrementos das Receitas Anuais Permitidas, conjuntamente às receitas financeiras da concessão e, por sua vez, da receita de construção de ativos próprios, em patamares mais do que suficientes para a cobertura dos seus custos e despesas operacionais, levando-a à condição de resultado operacional positivo na casa dos R\$ 152.625 em 2020.

Os custos operacionais totalizaram em 2020 o montante de R\$ 86.631, 12,26% inferiores em relação à 2019, destacando-se os custos com Pessoal/Administradores, Serviços de Terceiros e Custos de Construção, que representaram 24,15%, 9,49% e 61,95%, respectivamente, do total dos custos operacionais.

As despesas operacionais totalizaram em 2020 o montante de R\$ 39.168, 11,49% superiores em relação à 2019, destacando-se os custos com Pessoal/ Administradores, Serviços

de Terceiros e Tributos, que representaram 62,75%, 10,26% e 10,57%, respectivamente, do total das despesas operacionais.

O EBITDA de 2020 (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), da Controlada CELG GT totalizou R\$ 153.882 positivos, superior ao montante apontado no exercício de 2019, fechado em R\$ 78.470 positivos. A variação positiva total de R\$ 75.412 reflete, sobretudo, o incremento da RAP, o incremento nas Receitas Financeiras da Concessão e a racionalização dos custos e despesas operacionais.

Nesta mesma linha, verifica-se que o EBITDA de 2020 da Controlada CELG GT se manteve em patamar positivo e ascendente, revertendo a situação histórica de EBITDA negativos desde o exercício de 2013, ou seja, observou-se que a manutenção operacional da Controlada se fundamentou na recuperação gradativa de suas receitas operacionais e financeiras da concessão, no aporte de sua acionista CELGPAR para fazer face ao seu plano de investimentos – que refletirão diretamente no incremento de novas receitas, e na reconfiguração do seu resultado financeiro, a partir do decréscimo acentuado nos seus encargos de dívidas, principalmente as de caráter mais oneroso.

O Patrimônio Líquido da Controlada CELG GT teve um aumento de 7,8% em 31 de dezembro de 2020, encerrando o exercício em R\$ 1.313.389. A estrutura de capital encerrou o exercício com 68,18% de capital próprio e 31,82% de capital de terceiros, sendo que a maior participação de capital de terceiros se referiu ao seguinte: a) tributos diferidos, que totalizaram R\$406.163; b) empréstimos e financiamentos em moeda nacional, que totalizaram R\$106.440; e c) montante de dividendos a pagar distribuídos à Controladora CELGPAR, que alçaram o total de R\$ 39.340.

3 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 – SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Até 30/06/2009 a CELGPAR manteve as suas atividades operacionais mediante a utilização dos recursos disponibilizados pela sua Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, através do contrato de mútuo número AJU 002/2007, firmado em 26 de setembro de 2007, e renovado pelo 1º termo aditivo de 27 de junho de 2008, com vigência até 30 de julho de 2009, ocorrendo a quitação desta obrigação com a Controlada no ano de 2011.

A partir de 30/06/2009 até 31/12/2020, por intermédio do acionista controlador, ocorreram os seguintes adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC, totalizando R\$1.252.877, cujas principais mutações encontram-se abaixo evidenciadas:

- a) R\$16.585 em datas distintas desde 30/06/2009, distribuídas no quadro abaixo, que objetivaram ofertar a continuidade operacional da Controladora. Do total de adiantamentos, R\$470 ocorreram no exercício social de 2015, objetivando preservar o fluxo de caixa da Celgpar neste período e, por sua vez, cobrir suas despesas operacionais;

- b) R\$100.000, em 29 de dezembro de 2011, ingressante na CELGPARG e aportado posteriormente na CELG D (atual Enel), objeto da 1ª tranche do acordo firmado entre a CELGPARG, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- c) R\$1.270.111, em 16 de maio de 2012, ingressante na CELGPARG e aportado posteriormente na CELG D (atual Enel), objeto da 2ª tranche do acordo firmado entre a CELGPARG, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- d) R\$35.720, em 30 de setembro de 2014, ingressante na CELGPARG e aportado posteriormente na CELG D (atual Enel);
- e) Do montante adiantado pelo Estado de Goiás como AFAC na CELGPARG, R\$ 169.539 foram repassados ao acionista majoritário no exercício social de 2017, como forma de quitação parcial da assunção de dívida efetuada por este com a Caixa Econômica Federal, a favor da CELGPARG. Apesar deste repasse, o Estado de Goiás, por meio do Ofício nº 646, de 1º de novembro de 2017, de emissão da Secretaria da Fazenda, ratificou a decisão de promover a capitalização dos créditos remanescentes destes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, mediante o cumprimento das formalidades legais/societárias de processo de chamamento para aumento de capital. Observa-se que este processo foi iniciado com a fixação das condições deste aumento de capital por meio de subscrição particular de ações, determinadas na 49ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, ocorrida em 03 de dezembro de 2019, tendo ocorrido a homologação do aumento do Capital Social da CELGPARG na 50ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 03 de abril de 2020.

DATA	VALOR DO AFAC EM MIL
22/06/2009	717
29/09/2009	300
06/01/2010	509
09/04/2010	250
27/05/2010	250
09/06/2010	250
14/07/2010	150
16/08/2010	200
30/08/2010	200
13/09/2010	200
30/11/2010	249
06/04/2011	1.454
11/05/2011	1.454
07/07/2011	1.454
10/08/2011	1.454
19/09/2011	1.454
26/10/2011	1.455
29/12/2011	100.000
16/05/2012	1.270.111
31/10/2012	2.000
10/03/2014	235
26/03/2014	235
15/04/2014	235
14/05/2014	235
23/06/2014	235
29/08/2014	235
30/09/2014	35.720
30/09/2014	235
31/10/2014	235
28/11/2014	235
31/03/2015	235
30/04/2015	235
31/12/2017	-169.539
TOTAL	1.252.877

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais - CELGPAR

Indicadores	31/12/2019	31/12/2020	Varição em Módulo 31/12/2019 - 31/12/2020
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	5.160	5.873	13,82%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	(6.335)	(5.910)	-6,71%
EBITDA (R\$ mil)	(6.331)	(5.906)	-6,71%
Lucro Líquido (R\$ mil)	71.922	166.436	131,41%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais - CELGPAR

Indicadores	31/12/2019 REAPRESENTADO	31/12/2020	Varição em Módulo 31/12/2019 - 31/12/2020
Liquidez Seca	44,6708333	1,4443356	-96,77%
Liquidez Corrente	44,6708333	1,4443356	-96,77%
Ativo Total - (R\$ mil)	1.362.277	1.460.257	7,19%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	2.788.054	41.476	-98,5124%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(1.425.777)	1.418.781	199,51%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Conforme dados e indicadores econômico-financeiros individuais, ocorreu no exercício social de 2020 o decréscimo acentuado da estrutura dos indicadores de liquidez, decorrente principalmente do acréscimo no seu Passivo Circulante, em função do montante de distribuição de dividendos a pagar provisionados pela Celgpar no exercício de 2020. Ocorreu também o decréscimo acentuado do Passivo Circulante e Não Circulante e acréscimo acentuado do Patrimônio Líquido, em função da resolução da situação de Passivo a Descoberto, por meio do processo de capitalização concluído neste exercício.

Verificou-se também variações nos seguintes indicadores: a) PMSO (pessoal, materiais, serviços de terceiros e outros): em função da incorporação da correção pelo índice de inflação acumulado no Acordo Coletivo de Trabalho de 2020 (data-base em 1º de maio/2020); b) EBIT e EBITDA: pelas mesmas motivações relacionadas ao PMSO; e c) Aumento no Lucro Líquido do exercício de 2020 comparativamente ao Lucro Líquido de 2019.

Com relação às demais mutações patrimoniais e de resultado ocorridas em 2020, observa-se que elas se fundamentaram principalmente pelo incremento no valor patrimonial do investimento na Controlada CELG GT, decorrente de capitalização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital no valor de R\$20.900, efetuado pela CELGPAR, e de apuração de lucro líquido do exercício de R\$165.643, por parte da Controlada CELG GT.

3.2 – VARIAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

A receita operacional bruta consolidada da CELGPAR, no ano de 2020, foi de R\$ 329.544, sendo que 84,49% ou o equivalente a R\$ 278.424 correspondem ao total da Receita Líquida, e os demais 15,51% equivalem às deduções da receita. A receita operacional bruta consolidada em 2020 apresentou aumento nas seguintes rubricas da Controlada CELG GT: a) incremento da Receita Anual Permitida – RAP, em 3,93%; b) aumento da receita financeira de contrato, em 104,28%; e c) diminuição da receita de construção vinculada à sua curva de investimentos, em 16,47%.

O total dos custos e despesas operacionais do consolidado, no ano de 2020, foi de R\$ 131.709. A maior parcela corresponde aos custos gerenciáveis com pessoal, material, serviços de terceiros e custos de construção, que totalizaram R\$ 117.398.

3.3 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido consolidado da CELGPAR, em 31 de dezembro de 2020, totalizou em R\$ 1.418.781, demonstrado a resolução da sua situação de passivo a descoberto, comparativamente a 31 de dezembro de 2019. Ocorreu ainda a incorporação do lucro líquido do exercício de 2020, no montante de R\$ 166.436, que serviram de base para a constituição da Reserva Legal no montante de R\$ 8.322, Reserva de Lucros no montante de R\$ 118.586 e previsão do pagamento do dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 39.528.

Destaca-se em termos de mutação do Patrimônio Líquido Consolidado a apresentação, no exercício de 2020, de um lucro líquido após IR e CSLL de R\$ 166.436 em comparação ao lucro líquido de R\$ 71.922 do exercício de 2019, fundamentado principalmente nos seguintes fatores: a) resultado financeiro positivo decorrente das receitas financeiras das operações de mútuo com a CELG D (atual Enel) e com a Controlada Celg GT; b) resultado da equivalência patrimonial positivo na Controlada CELG GT, no total de R\$ 165.643; c) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido correntes, no total de R\$ 36.052; d)

constituição da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos, no total de R\$ 43.443; e e) incremento de outras receitas, no total de R\$72.790, relacionadas ao reconhecimento do valor justo de determinadas propriedades para investimento da Controlada CELG GT.

3.4 – INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS CONSOLIDADOS

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados - CELGPARG

Indicadores	31/12/2019	31/12/2020	Varição em Módulo 31/12/2019 - 31/12/2020
Receita Operacional Líquida - ROL (R\$ mil)	209.474	278.424	32,92%
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	68.503	66.964	-2,25%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	69.273	146.715	111,79%
EBITDA (R\$ mil)	70.626	147.976	109,52%
Lucro Líquido (R\$ mil)	71.922	166.436	131,41%
Margem EBIT - EBIT/ROL (%)	33,07%	52,69%	59,34%
Margem EBITDA - EBITDA/ROL (%)	33,72%	53,15%	57,63%
Margem Líquida - LUCRO LÍQUIDO/ROL (%)	34,33%	59,78%	74,10%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados - CELGPARG

Indicadores	31/12/2019 REAPRESENTADO	31/12/2020	Varição em Módulo 31/12/2019 - 31/12/2020
Liquidez Seca	7,22280	4,20268	-41,81%
Liquidez Corrente	7,30459	4,22519	-42,16%
Ativo Total - (R\$ mil)	1.883.033	2.033.989	8,02%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	3.308.810	615.208	-81,41%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(1.425.777)	1.418.781	199,51%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Conforme dados e indicadores econômico-financeiros consolidados, ocorreu no exercício social de 2020 um decréscimo nos indicadores de liquidez devido a alteração na estrutura de capital consolidada da CELGPARG, decorrente dos seguintes fatores: a) aumento no Ativo Circulante, em função das mutações ocorridas no Ativo de Contrato (Concessão de Transmissão da Controlada Celg GT); b) aumento do Ativo Circulante, em função dos dividendos mínimos obrigatórios propostos pela Controlada Celg GT; e c) aumento no seu Passivo Circulante e Passivo não Circulante, em função do diferimento de tributos decorrentes do ajuste ao Ativo de Contrato efetuado pela Controlada Celg GT. Por sua vez, os componentes operacionais da Receita Bruta Consolidada provocaram, de forma direta, o efeito positivo no resultado consolidado da CELGPARG, especificamente nos indicadores EBIT (resultado do serviço) e EBITDA, haja vista os acréscimos apurados e incorporados a estes indicadores.

4 – PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Em relação às alterações vinculadas ao processo de convergência ao IFRS, assevera-se que as Demonstrações Financeiras Consolidadas da CELGPARG estão em conformidade com o padrão internacional de contabilidade estipulado pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

5 - MERCADO ACIONÁRIO

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por intermédio do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/Nº. 012/2008, de 14.03.2008, concedeu à CELGPAR o registro como companhia aberta, sob o código 2139-3, para negociação de valores mobiliários de sua emissão no mercado acionário.

Esses valores mobiliários, representados por ações ordinárias, são negociados na B³ S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B³"), sob o código GPAR3.

O capital social realizado da CELGPAR é de R\$ 1.072.594.391,07 (um bilhão, setenta e dois milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, trezentos e noventa e um reais e sete centavos), representado por 77.928.432 (setenta e sete milhões, novecentas e vinte e oito mil, quatrocentas e trinta e duas) ações ordinárias.

As ações ordinárias, componentes do capital social da CELGPAR, são escriturais, sem valor nominal, e encontram-se distribuídas conforme tabela denominada "Resumo da Posição Acionária, em 31.12.2020":

RESUMO DA POSIÇÃO ACIONÁRIA, EM 31.12.2020

ACIONISTA	AÇÃO ORDINÁRIA	
	QUANTIDADE	%
GOIÁS - GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS	77.850.603	99,9001
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.	22.967	0,0295
OUTROS	54.862	0,0704
SOMA	77.928.432	100,0000

FONTE: Banco do Brasil S.A., responsável pela prestação de serviços de ações escriturais.

Em 2020, foram realizadas um total de 3.252 negociações de ações ordinárias da CELGPAR na B³, com 172.124 ações negociadas, perfazendo uma movimentação de R\$5.542.681,26 (cinco milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, seiscentos e oitenta e um reais e vinte e seis centavos).

6 - AUDITORIA INDEPENDENTE

Em conformidade com a Instrução CVM nº. 381, de 14.01.2003, a CELGPAR informa que a empresa de auditoria externa Berkan Auditores Independentes S/S não prestou serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras.

7 - AGRADECIMENTOS

A Administração da CELGPAR e da sua Controlada CELG GT é grata ao Governo de Goiás, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pelas Companhias, aos acionistas e demais investidores, e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.
Goiânia, 30 de março de 2021.

A Administração.



**Demonstrações Financeiras Consolidadas em
31 de dezembro de 2020**

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**Balancos Patrimoniais**

Períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019 REAPRESENTADO	31/12/2020	31/12/2019 REAPRESENTADO
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes a Caixa	5	5.897	471	150.014	158.069
Contas a receber	6	-	-	34.901	26.357
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	-	-	(2.672)	(1.269)
Créditos Fiscais	7	1.743	2.011	3.353	3.689
Devedores diversos	8	11.962	11.201	41.508	19.153
Outros créditos	9	-	-	114	3.158
Estoques	10	-	-	2.136	4.095
Ativo de Contrato	11	-	-	170.430	151.227
Transações com Partes Relacionadas	33	39.340	18.474	-	-
Despesas antecipadas	-	10	6	1.056	1.269
Total do ativo circulante		<u>58.952</u>	<u>32.163</u>	<u>400.840</u>	<u>365.748</u>
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Devedores diversos	8	87.888	99.850	100.249	106.542
Outros Créditos	9	-	-	12.219	9.543
Ativo de Contrato	11	-	-	1.218.630	1.165.710
Transações com Partes Relacionadas	33	-	-	-	-
Total do realizável a longo prazo		<u>87.888</u>	<u>99.850</u>	<u>1.331.098</u>	<u>1.281.795</u>
INVESTIMENTOS					
IMOBILIZADO	12	1.313.389	1.230.232	285.757	218.735
INTANGÍVEL	13	28	32	7.622	7.716
	14	-	-	8.672	9.039
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>1.401.305</u>	<u>1.330.114</u>	<u>1.633.149</u>	<u>1.517.285</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.460.257</u>	<u>1.362.277</u>	<u>2.033.989</u>	<u>1.883.033</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Balancos Patrimoniais
Períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019 REAPRESENTADO	31/12/2020	31/12/2019 REAPRESENTADO
PASSIVO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	16	-	-	10.693	10.780
Fornecedores	17	393	14	7.646	5.953
Tributos e Contribuições Sociais	18	183	191	27.019	20.967
Obrigações Estimadas	19	688	491	4.456	4.462
Encargos Setoriais	20	-	-	3.338	4.158
Obrigações Sociais e Trabalhistas	22	5	10	1.801	1.717
Outros Credores	22	39.547	14	39.916	2.034
Total do Passivo Circulante		40.816	720	94.869	50.071
NÃO CIRCULANTE					
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	15	1	1.252.877	1	1.252.877
Empréstimos e Financiamentos	16	-	-	95.747	100.100
Encargos Setoriais	20	-	-	5.420	4.497
Provisões para Contingências	21.a	148	140	7.229	4.328
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	21.b	511	729	3.752	6.105
Outros Credores	22	-	-	408.190	357.244
Transações com Partes Relacionadas	33	-	1.533.588	-	1.533.588
Total do Passivo não Circulante		660	2.787.334	520.339	3.258.739
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital realizado	23	1.072.594	973.764	1.072.594	973.764
Prejuízos acumulados	23	-	(2.382.356)	-	(2.382.356)
Reserva Legal	23	8.322	-	8.322	-
Reserva de Lucros	23	352.767	-	352.767	-
Outros Resultados Abrangentes	23	(14.902)	(17.185)	(14.902)	(17.185)
Total do Patrimônio Líquido		1.418.781	(1.425.777)	1.418.781	(1.425.777)
TOTAL DO PASSIVO		1.460.257	1.362.277	2.033.989	1.883.033

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Demonstração dos resultados
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2020 - 31/12/2020	01/01/2019 - 31/12/2019	01/01/2020 - 31/12/2020	01/01/2019 - 31/12/2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24	-	278.424	209.474
CUSTO OPERACIONAL	25	-	(86.631)	(98.734)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	191.793	110.740
DESPESAS OPERACIONAIS	25	(5.910)	(45.078)	(41.467)
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL		(5.910)	146.715	69.273
OUTRAS RECEITAS	24	-	72.790	19.106
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E IMPOSTOS		(5.910)	219.505	88.379
RESULTADO FINANCEIRO	29	7.075	6.273	8.587
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL/GANHOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		165.643	20.153	7.942
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		166.808	245.931	104.908
PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA	30	(372)	(79.495)	(32.986)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(372)	(36.052)	(28.496)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		-	(43.443)	(4.490)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		166.436	166.436	71.922
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		166.436	166.436	71.922
RESULTADO POR AÇÃO	31			
Resultado por ação ordinária - básico				
Resultado por ação ordinária - diluído		2,136	2,136	2,194
		2,136	2,136	2,194
OPERAÇÕES CONTINUADAS				
Resultado por ação ordinária - básico				
Resultado por ação ordinária - diluído		2,136	2,136	2,194
		2,136	2,136	2,194

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Demonstração dos resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2020 - 31/12/2020	01/01/2019 - 31/12/2019	01/01/2020 - 31/12/2020	01/01/2019 - 31/12/2019
LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO	166.436	71.922	166.436	71.922
Resultados Abrangentes	2.283	(5.386)	2.283	(5.386)
Outros Resultados Abrangentes				
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós-Emprego	218	(601)	218	(601)
Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação				
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós-Emprego Controlada Celg GT	2.065	(4.785)	2.065	(4.785)
Resultado Abrangente do Exercício	168.719	66.536	168.719	66.536

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Individual
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CAPITAL REALIZADO	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESERVA LEGAL	RESERVA DE LUCROS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2018	973.764	(2.676.717)	-	-	(11.799)	(1.714.752)
Ajustes de Exercícios Anteriores Reflexos - Controlada Celg GT	-	(11.742)	-	-	-	(11.742)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (REAPRESENTADO)	973.764	(2.688.459)	-	-	(11.799)	(1.726.494)
Lucro Líquido do Exercício	-	71.922	-	-	-	71.922
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	-	-	(601)	(601)
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós Emprego Controlada Celg GT	-	-	-	-	(4.785)	(4.785)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	973.764	(2.616.537)	-	-	(17.185)	(1.659.958)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	973.764	(2.616.537)	-	-	(17.185)	(1.659.958)
Ajustes de Exercícios Anteriores Reflexos - Controlada Celg GT	-	234.181	-	-	-	234.181
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (REAPRESENTADO)	973.764	(2.382.356)	-	-	(17.185)	(1.425.777)
Aumento de Capital	2.786.464	-	-	-	-	2.786.464
Redução de Capital contra Prejuízos Acumulados	(2.616.537)	2.616.537	-	-	-	-
Redução de Capital - Restituição a Acionistas	(71.097)	-	-	-	-	(71.097)
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	-	-	218	218
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós-Emprego Controlada Celg GT	-	-	-	-	2.065	2.065
Lucro Líquido do Exercício	-	166.436	-	-	-	166.436
Destinação do Resultado do Exercício:						
Reserva Legal	-	(8.322)	8.322	-	-	-
Reserva de Lucros	-	(352.767)	-	352.767	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	(39.528)	-	-	-	(39.528)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.072.594	-	8.322	352.767	(14.902)	1.418.781

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Consolidado
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CAPITAL REALIZADO	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESERVA LEGAL	RESERVA DE LUCROS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2018	973.764	(2.676.717)	-	-	(11.799)	(1.714.752)
Ajustes de Exercícios Anteriores Reflexos - Controlada Celg GT	-	(11.742)	-	-	-	(11.742)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (REAPRESENTADO)	973.764	(2.688.459)	-	-	(11.799)	(1.726.494)
Lucro Líquido do Exercício	-	71.922	-	-	-	71.922
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	-	-	(601)	(601)
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós Emprego Controlada Celg GT	-	-	-	-	(4.785)	(4.785)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	973.764	(2.616.537)	-	-	(17.185)	(1.659.958)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	973.764	(2.616.537)	-	-	(17.185)	(1.659.958)
Ajustes de Exercícios Anteriores Reflexos - Controlada Celg GT	-	234.181	-	-	-	234.181
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (REAPRESENTADO)	973.764	(2.382.356)	-	-	(17.185)	(1.425.777)
Aumento de Capital	2.786.464	-	-	-	-	2.786.464
Redução de Capital contra Prejuízos Acumulados	(2.616.537)	2.616.537	-	-	-	-
Redução de Capital - Restituição a Acionistas	(71.097)	-	-	-	-	(71.097)
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	-	-	218	218
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós-Emprego Controlada Celg GT	-	-	-	-	2.065	2.065
Lucro Líquido do Exercício	-	166.436	-	-	-	166.436
Destinação do Resultado do Exercício:						
Reserva Legal	-	(8.322)	8.322	-	-	-
Reserva de Lucros	-	(352.767)	-	352.767	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	(39.528)	-	-	-	(39.528)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.072.594	-	8.322	352.767	(14.902)	1.418.781

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Demonstração dos fluxos de caixa – Método direto
Demonstração do Valor Adicionado
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
<u>Recebimentos:</u>				
Recebimentos de Clientes	-	-	246.794	209.425
<u>Pagamentos:</u>				
- Fornecedores	(933)	(812)	(18.451)	(17.215)
- Salários e Encargos	(4.260)	(4.096)	(46.850)	(52.116)
- Outras Desp Operacionais e Administrativas	(44)	(41)	(1.254)	(3.322)
- Tributos	(192)	(1.418)	(76.421)	(79.667)
Resultado Financeiro	24	30	3.574	(1.285)
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL LÍQUIDO	(5.405)	(6.337)	107.392	55.820
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
- Caixa Usado no Imobilizado, Investimentos, Ativo de Contrato e Intangível	-	-	(61.826)	(55.779)
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital em Controlada	(9.000)	(13.900)	-	-
- Alienação de Imóveis	-	-	4.100	2.924
- Restituição de Capital a Acionistas	(71.095)	-	(71.095)	-
- Recebimento de Dividendos	71.097	-	9.636	5.430
- Outros	-	-	(2.585)	(8.258)
FLUXO DE CAIXA - INVESTIMENTOS LÍQUIDOS	(8.998)	(13.900)	(121.770)	(55.683)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
- Outros Resultados Líquidos	-	58	-	58
- Integralização de Capital - Acionistas Minoritários	1	-	1	-
- Recebimento de Mútuo com Controlada	1.689	1.878	-	-
- Empréstimos Obtidos	-	-	6.327	40.512
- Pagamentos de Serviço da Dívida	-	-	(18.144)	(2.317)
- Recebimento de Mútuo - Anterior Coligada	18.139	18.139	18.139	18.139
FLUXO DE CAIXA - FINANCIAMENTOS LÍQUIDOS	19.829	20.075	6.323	56.392
CAIXA LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.426	(162)	(8.055)	56.529
Saldo inicial de Caixa e Equivalentes	471	633	158.069	101.540
Saldo final de Caixa e Equivalentes	5.897	471	150.014	158.069
	5.426	(162)	(8.055)	56.529

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Demonstração dos fluxos de caixa – Método direto
Demonstração do Valor Adicionado
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	REF.	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1				
Receita Operacional		-	-	271.956	102.414
Receita de Construção de Ativos Próprios		-	-	59.668	71.430
Provisões/Reversões - Créditos Liquidação Duvidosa		-	-	(1.398)	(772)
Outros Resultados		-	-	71.995	99.993
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>402.221</u>	<u>273.065</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	2				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		-	-	664	3.277
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		1.125	650	62.141	74.348
Outros Custos Operacionais		281	235	9.244	3.064
		<u>1.406</u>	<u>885</u>	<u>72.049</u>	<u>80.689</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	3	<u>(1.406)</u>	<u>(885)</u>	<u>330.172</u>	<u>192.376</u>
QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO	4				
Provisões Operacionais		8	120	8	120
Depreciação, amortização e exaustão		4	4	1.261	1.353
		<u>12</u>	<u>124</u>	<u>1.269</u>	<u>1.473</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO (3 - 4)	5	<u>(1.418)</u>	<u>(1.009)</u>	<u>328.903</u>	<u>190.903</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6				
Receitas Financeiras		7.086	8.049	13.435	16.189
Receitas de Aluguéis e Dividendos		-	-	460	446
Resultado da Equivalência Patrimonial		165.643	71.097	20.153	7.942
		<u>172.729</u>	<u>79.146</u>	<u>34.048</u>	<u>24.577</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	7	<u>171.311</u>	<u>78.137</u>	<u>362.951</u>	<u>215.480</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
PESSOAL	8	<u>4.467</u>	<u>4.275</u>	<u>46.648</u>	<u>48.075</u>
GOVERNO	9	<u>397</u>	<u>1.642</u>	<u>142.544</u>	<u>87.848</u>
FINANCIADORES	10	<u>11</u>	<u>298</u>	<u>7.323</u>	<u>7.635</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11	<u>166.436</u>	<u>71.922</u>	<u>166.436</u>	<u>71.922</u>
TOTAL (8 + 9 + 10 + 11 = 7)	12	<u>171.311</u>	<u>78.137</u>	<u>362.951</u>	<u>215.480</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1 Contexto operacional da CELGP

A Companhia Celg de Participações - CELGP, situada à Avenida C, Quadra A-48, Lote 6, nº 450, Salas 21 e 22, Edifício Andrade Office - 1º Andar, Bairro Jardim Goiás, CEP 74805-070, na cidade de Goiânia – Goiás, tendo o Estado de Goiás como seu principal controlador, jurisdicionada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação - SEDI, foi constituída em 4 de dezembro de 2006, proveniente da segregação de ativos da Companhia Energética de Goiás, sendo criada por Escritura Pública, conforme autorização concedida pela Lei Estadual nº 15.714 de 28 de junho de 2006. A CELGP é uma Companhia por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de Distribuição, Transmissão, Geração e Comercialização de energia elétrica, conforme ditames do seu Estatuto Social.

A CELGP detém participação societária na seguinte sociedade, na data-base de 31 de dezembro de 2020:

CONTROLADA	% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA
<u>CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT</u>	<u>100 %</u>

1.1.1 – Coronavírus (COVID 19)

A Celgpar e sua Controlada Celg GT informam que desde o início do surto do novo Coronavírus (COVID 19) no Brasil, mantém acompanhamento próximo e diário dos impactos deste evento em suas operações. Diversas medidas e protocolos vêm sendo adotados no sentido de preservar a integridade, a saúde e a segurança de todos os seus colaboradores, tanto no contexto administrativo como operacional, além de se determinar planos de contingência para a sustentação de suas operações. Os canais de comunicação das Companhias com seus colaboradores vêm sendo utilizados diariamente na conscientização acerca de cuidados necessários para evitar o contágio e a transmissão do vírus. Até o momento, 26 (vinte e seis) colaboradores (as) testaram positivamente para a infecção, porém sem relação direta com os seus locais de trabalho. Os nossos planos de contingência envolvem diversas frentes de atuação: (1) implantação do regime de trabalho remoto da maneira mais generalizada possível, (2) acompanhamento de casos sintomáticos pela área de segurança e medicina do trabalho para medidas (em conformidade com as orientações das autoridades) imediatas de encaminhamento de cada caso, e (3) eventuais planos de contingência para fazer face à diminuição no consumo de energia elétrica no mercado nacional, que venham a impactar o faturamento vinculado às atividades de geração e transmissão. Por fim, ressaltamos que em função da alta volatilidade do câmbio recentemente, informamos que não temos nenhuma exposição cambial, e que a Celgpar e sua Controlada Celg GT tem adequada flexibilidade e capacidade financeira para enfrentar os impactos nos seus fluxos de caixa.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Contexto operacional da Controladora CELG GT

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Celg de Participações – CELGP, constituída em 15 de dezembro de 2005, com início das suas operações a partir de 1º de setembro de 2006, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Goiás – CELG, determinado pelo Governo Federal conforme a Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004.

A Controlada CELG GT detém junto à ANEEL as seguintes concessões:

Geração	Localidade	Estado	Contrato de concessão	Data da concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MW)	Capacidade utilizada (MW)
PCH						16,000	16,000
São Domingos (a)	Rio São Domingos	GO	62/2000	22/05/1981	30/06/2020	12,000	12,000
Rochedo (b)	Rio Meia Ponte	GO	02/2016	05/01/2016	05/01/2046	4,000	4,000
CGH						0,350	0,350
Mambaí (c)	Rio Corrente	GO	62/2000	17/01/1973	31/12/2028	0,350	0,350
						16,350	16,350

(a) *São Domingos*: Apesar da concessão estar vencida, a CELG GT continua operando a usina por autorização, conforme Portaria nº 352, de 10 de outubro de 2013, do Ministério de Minas e Energia - MME. Em 14 de março de 2008 foi solicitada a renovação da concessão pela administração da CELG GT, estando esta renovação em discussão administrativa junto ao MME, bem como na esfera judicial. A Receita Anual de Geração – RAG foi determinada até 30 de junho de 2021, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.746/2020.

(b) *Rochedo*: A concessão da Usina Rochedo venceu em 07/07/2015. Contudo, a CELG GT continuou operando a usina por autorização, conforme Portaria nº 254, de 11 de junho de 2015, do Ministério de Minas e Energia - MME, até a data de 04/01/2016. A partir de 05/01/2016 começou a vigorar o Contrato de concessão nº 02/2016, com vencimento em 05/01/2046, para prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, nos termos do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

(c) *Mambaí*: A CGH Mambaí foi extinta em função do seu alagamento para construção da PCH Mambaí II. Em função disso, é disponibilizado energia pelo período integral de concessão obtido pela exploração da citada Pequena Central Hidrelétrica Mambaí II e de suas eventuais prorrogações, no montante mensal de 203,792 MWh, como contraprestação ao bloco de energia que a CGH Mambaí I deixou de produzir mensalmente a partir de sua efetiva paralisação. A forma de pagamento se dá através da entrega dos montantes descritos acima na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transmissão	Localidade	Contrato de concessão	Data da concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MVA/MVAr) Subestações	Extensão (km) Linhas de transmissão
Subestações e linhas						
Rede básica (a)	Goiás	63/2001	07/07/1995	05/12/2042	3.475	745
Rede básica (b)	Goiás / Minas Gerais	03/2015	06/03/2015	06/03/2045	-	11
Rede básica (c)	Goiás	04/2016	20/01/2016	20/01/2046	300	-
					3.775	756

(a) Concessão composta por 12 subestações de transmissão de 230 kV e 14 linhas de transmissão na tensão de 230 kV.

(b) Concessão composta pela LT 230 kV Itumbiara – Paranaíba – C2.

(c) Concessão composta pela SE 500 kV Luziânia – Compensador Estático 500 kV – (-150/+300) MVAr.

Em atendimento ao item 6 da ITG 17, evidencia-se abaixo a apresentação das informações previstas no subitem c, do item 6 da ITG 17:

CONTRATO	ATIVIDADE	DIREITOS DE USO	OPÇÃO DE RENOVAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL/SOCIETÁRIA
62/2000	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão	1) Não exercido, nesse contrato, para as Usinas de Rochedo e Mambai. A Usina de Rochedo passou por novo processo licitatório de sua concessão, onde a Celg GT assinou um novo contrato para esta (Contrato 02/2016); 2) Exercido para a Usina de São Domingos. Em discussão administrativa e judicial.	Classificado como Ativo Imobilizado, cuja remuneração é estipulada pelas respectivas Receitas Anuais de Geração – RAG desta atividade.
02/2016 (a)	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo de Contrato, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
63/2001	Transmissão	Previstos a exploração até o final	Exercido conforme assinatura do 2º Termo	Classificado como Ativo de Contrato, referente a parcela de

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras****Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

CONTRATO	ATIVIDADE	DIREITOS DE USO	OPÇÃO DE RENOVAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL/SOCIETÁRIA
		da concessão	Aditivo ao Contrato de Concessão.	investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
03/2015	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo de Contrato, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
04/2016	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo de Contrato, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.

(a) A Controlada Celg GT efetuou a reclassificação deste contrato de concessão do Ativo Imobilizado para o Ativo de Contrato no 2º trimestre de 2016, visto o mesmo encontrar-se há época dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), e atualmente dentro dos critérios do CPC 47/IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente).

3. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais, identificadas como “Controladora” e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pelos Conselhos de Administração e Conselho Fiscal em 30 de março de 2021.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis da controladora e de cada uma de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

3.2. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas pela Controladora e sua Controlada são as seguintes:

a. Procedimentos de Consolidação

A consolidação das Demonstrações Financeiras da Companhia Celg de Participações - CELGP e sua controlada Celg GT foi efetuada de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei nº. 6.404/76 e Instrução CVM 247/96 com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM 269/97, 285/98, 464/08 e 469/08, bem como dos dispositivos determinados pela NBC TG 36 – R3 (Demonstrações Consolidadas).

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas a partir das Demonstrações Financeiras individuais da Celg GT, as quais foram ajustadas conforme a seguir descrito. Na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas, foram observadas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e demais legislações pertinentes, inclusive a fiscal. O sumário dessas principais práticas contábeis, aplicáveis de forma uniforme à empresa incluída no processo de consolidação, está apresentado a seguir:

- a.1. Os valores a receber junto a empresa controlada e sócios estão devidamente suportados por contratos. Nas Demonstrações Financeiras consolidadas, os saldos com a empresa inserida no processo de consolidação foram eliminados.
- a.2. Os investimentos na controlada são demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas Demonstrações Financeiras consolidadas os saldos dos investimentos na controlada Celg GT foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido dessa controlada.
- a.3. As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras individuais da controlada Celg GT. As informações individuais da controlada Celg GT foram incorporadas ao processo de consolidação da Celgpar na data base de 31 de dezembro de 2020, sendo que esta controlada obedeceu a posição adotada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no que concerne à não adoção da consolidação proporcional do Investimento Controlado em Conjunto na Energética Corumbá III - ECIII, na Pantanal Transmissão S.A. e na Lago Azul Transmissão S.A., nos moldes da NBC TG 19 – R2 (Negócios em Conjunto).

b. Caixa e equivalentes de Caixa

A Controladora e sua Controlada consideram como disponibilidades o saldo de caixa, depósitos em bancos e aplicações de curto prazo. As aplicações financeiras das mesmas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

estão demonstradas ao custo acrescido da remuneração contratada, reconhecida até a data das Demonstrações Financeiras.

c. Contas a Receber

Representam os valores faturados aos concessionários do serviço público de distribuição de energia elétrica, de acordo com contratos realizados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR ou cotas de garantia física de energia e potência, operações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e os valores a receber referentes aos serviços de construção, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável da geração/transmissão de energia elétrica.

O ativo indenizável registrado ao término da construção, refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Controlada Celg GT terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro ao término da vigência do contrato de concessão. Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observando os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Controlada Celg GT estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações Financeiras. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Controlada Celg GT na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais.

Observou-se, ao final do exercício social de 2020, o ajuste de exercício anterior efetuado pela Controlada Celg GT na rubrica de Ativo de Contrato, componente do Contas a Receber, com efeito líquido dos impostos diferidos no montante de R\$ 234.181, conforme preconizado pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020, de 1º de dezembro de 2020, que orientou sobre os aspectos relevantes do CPC nº 47 – IFRS nº 16 e do CPC nº 48 – IFRS nº 9, a serem observados na elaboração das Demonstrações Contábeis das Companhia Transmissoras de Energia Elétrica.

Abaixo a evidenciação do ajuste de exercício anterior e seus efeitos nas rubricas patrimoniais individuais e consolidadas, que ensejaram a reapresentação das Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019, em linha com o CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro):

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NE	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		31/12/2019	AJUSTE	31/12/2019 REAPRESENTADO	31/12/2019	AJUSTE	31/12/2019 REAPRESENTADO
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e Equivalentes a Caixa	5	471	-	471	158.069	-	158.069
Contas a receber	6	-	-	-	26.357	-	26.357
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	-	-	-	(1.269)	-	(1.269)
Créditos Fiscais	7	2.011	-	2.011	3.689	-	3.689
Devedores diversos	8	11.201	-	11.201	19.153	-	19.153
Outros créditos	9	-	-	-	3.158	-	3.158
Estoques	10	-	-	-	4.095	-	4.095
Ativo de Contrato	11	-	-	-	211.852	(60.625)	151.227
Transações com Partes Relacionadas	33	18.474	-	18.474	-	-	-
Despesas antecipadas	-	6	-	6	1.269	-	1.269
Total do ativo circulante		32.163	-	32.163	426.373	(60.625)	365.748
NÃO CIRCULANTE							
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO							
Devedores diversos	8	99.850	-	99.850	106.542	-	106.542
Outros Créditos	9	-	-	-	9.543	-	9.543
Ativo de Contrato	11	-	-	-	688.548	477.162	1.165.710
Transações com Partes Relacionadas	33	-	-	-	-	-	-
Total do realizável a longo prazo		99.850	-	99.850	804.633	477.162	1.281.795
INVESTIMENTOS							
IMOBILIZADO	12	996.051	234.181	1.230.232	184.411	34.324	218.735
INTANGÍVEL	13	32	-	32	7.716	-	7.716
	14	-	-	-	7.721	1.318	9.039
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.095.933	234.181	1.330.114	1.004.481	512.804	1.517.285
TOTAL DO ATIVO		1.128.096	234.181	1.362.277	1.430.854	452.179	1.883.033

	NE	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		31/12/2019	AJUSTE	31/12/2019 REAPRESENTADO	31/12/2019	AJUSTE	31/12/2019 REAPRESENTADO
PASSIVO CIRCULANTE							
Empréstimos e Financiamentos	16	-	-	-	10.780	-	10.780
Fornecedores	17	14	-	14	5.953	-	5.953
Tributos e Contribuições Sociais	18	191	-	191	20.967	-	20.967
Obrigações Estimadas	19	491	-	491	4.462	-	4.462
Encargos Setoriais	20	-	-	-	4.158	-	4.158
Obrigações Sociais e Trabalhistas	22	-	10	10	1.656	61	1.717
Outros Credores	22	24	(10)	14	2.095	(61)	2.034
Total do Passivo Circulante		720	-	720	50.071	-	50.071
NÃO CIRCULANTE							
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	15	1.252.877	-	1.252.877	1.252.877	-	1.252.877
Empréstimos e Financiamentos	16	-	-	-	100.100	-	100.100
Encargos Setoriais	20	-	-	-	4.497	-	4.497
Provisões para Contingências	21.a	140	-	140	4.328	-	4.328
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	21.b	729	-	729	6.105	-	6.105
Outros Credores	22	-	-	-	139.246	217.998	357.244
Transações com Partes Relacionadas	33	1.533.588	-	1.533.588	1.533.588	-	1.533.588
Total do Passivo não Circulante		2.787.334	-	2.787.334	3.040.741	217.998	3.258.739
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital realizado	23	973.764	-	973.764	973.764	-	973.764
Prejuízos acumulados	23	(2.616.537)	234.181	(2.382.356)	(2.616.537)	234.181	(2.382.356)
Outros Resultados Abrangentes	23	(17.185)	-	(17.185)	(17.185)	-	(17.185)
Total do Patrimônio Líquido		(1.659.958)	234.181	(1.425.777)	(1.659.958)	234.181	(1.425.777)
TOTAL DO PASSIVO		1.128.096	234.181	1.362.277	1.430.854	452.179	1.883.033

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Controlada. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na nota 6.d.

e. Estoques

Os materiais em estoque no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e os destinados à construção, alocados no imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não ultrapassa seu valor de mercado.

f. Investimentos

As participações societárias permanentes são registradas ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e registradas/avaliadas pela equivalência patrimonial em conformidade com a Instrução CVM nº. 247/1996 e NBC TG 18 – R2 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto).

Conforme disposto na NBC TG 43 – R1 (Adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41), as Demonstrações Financeiras individuais de entidades com investimento em controlada ou empreendimento em conjunto avaliado pela equivalência patrimonial estão de acordo com o exigido pela legislação brasileira vigente, sendo o método da equivalência patrimonial o critério adotado pela Controladora.

Por tudo isto, a controladora apresentará suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, por se tratar de exceção de caráter obrigatório/legal descrita na NBC TG 43 – R1 (Adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41), não sendo feita a apresentação das Demonstrações Financeiras separadas.

g. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de concessão de serviço público são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. No entanto, os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, como determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, às taxas constantes na tabela anexa à mesma Resolução, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h. Intangível

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com tal finalidade. Os ativos intangíveis serão amortizados caso sua vida útil possa ser razoavelmente estimada, caso contrário serão considerados de vida útil indefinida sendo sujeitos ao teste de recuperabilidade econômica.

A amortização é calculada sobre os bens do ativo intangível em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, como determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, às taxas constantes na tabela anexa à mesma Resolução, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

i. Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, de imposto de renda e contribuição social.

j. Provisão para Contingências

As provisões para contingências são reconhecidas para obrigações presentes legais resultantes de eventos passados, para os quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data das Demonstrações Financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Os riscos contingentes, em função da sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Celgpar e Controlada. Neste sentido e por conta das orientações da NBC TG 25 – R1 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), as empresas registraram provisões para riscos regulatórios, fiscais, trabalhistas e cíveis.

k. Provisão para Férias

A provisão para férias é calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 31 dezembro de 2020 e inclui os correspondentes encargos sociais. Essas provisões estão contabilizadas no grupo de obrigações estimadas.

l. Benefícios a Empregados

A Companhia e sua Controlada são patrocinadoras da ELETRA - Fundação de Previdência Privada. Os custos associados ao plano previdenciário são reconhecidos à medida que as contribuições são devidas, observando o regime de competência, observando-se os preceitos da NBC TG 33 – R2 (Benefícios a Empregados). Os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

obrigações e registrados com base em cálculos atuariais para determinação do valor presente das obrigações, conforme determina a Deliberação CVM nº. 695/2012.

m. Apuração de Resultado

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Celgpar e Controlada, mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receitas de construção e ou outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas empresas.

n. Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, assim como as divulgações de passivos contingentes. Apesar disto, possíveis imprecisões peculiares ao processo de sua determinação podem resultar em valores divergentes dos registrados nas Informações quando da liquidação das respectivas transações.

A Celgpar e sua controlada revisam suas estimativas e premissas anualmente ou quando eventos ou perspectivas diferentes exigem o procedimento.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive para contingências trabalhistas e transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE;
- revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado e de sua recuperação nas operações;
- mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
- compromissos com plano de benefícios de colaboradores;
- imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- provisões para contingências.

o. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Celgpar,

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

A Companhia e controlada adotaram todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC, quando aplicável, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020. Não foram emitidos novos pronunciamentos além daqueles divulgados nas demonstrações financeiras dos exercícios de 2019 e 2020.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários a vista	11	11	4.600	6.992
Aplicações financeiras de curto prazo	5.886	460	145.414	151.077
TOTAL	5.897	471	150.014	158.069

Todas as aplicações têm a opção de resgate total ou parcial antecipado e rendimento flutuante, tendo como índice base o CDI, e liquidez imediata.

6. Contas a Receber

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONTAS A RECEBER	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		
- Suprimento	956	912
- Encargos de uso da rede elétrica	27.892	21.385
- Energia Elétrica de Curto Prazo	5.357	3.589
Total	34.205	25.886
Outras Rendas		
- Outras Rendas	696	471
Total	696	471
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	(2.672)	(1.269)
TOTAL CIRCULANTE	32.229	25.088

Composição do Contas a Receber:

CONTAS A RECEBER	CONSOLIDADO					
	31/12/2020					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2020	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 31/12/2020	SALDO 31/12/2020
Suprimento (a)	956	-	-	956	-	956
Encargos Uso Rede Elétrica (b)	27.288	344	260	27.892	-	27.892
Energia Elétrica de Curto Prazo (c)	724	772	3.861	5.357	-	5.357
Outras Rendas	491	49	156	696	-	696
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(2.672)	(2.672)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	29.459	1.165	4.277	34.901	(2.672)	32.229
TOTAL DO CIRCULANTE	29.459	1.165	4.277	34.901	(2.672)	32.229

CONTAS A RECEBER	CONSOLIDADO					
	31/12/2019					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2019	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 31/12/2019	SALDO 31/12/2019
Suprimento (a)	912	-	-	912	-	912
Encargos Uso Rede Elétrica (b)	20.671	476	238	21.385	-	21.385
Energia Elétrica de Curto Prazo (c)	421	453	2.715	3.589	-	3.589
Outras Rendas	43	-	428	471	-	471
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (d)	-	-	-	-	(1.269)	(1.269)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	22.047	929	3.381	26.357	(1.269)	25.088
TOTAL DO CIRCULANTE	22.047	929	3.381	26.357	(1.269)	25.088

a. Faturamento da energia comercializada pelo regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência (RAG), e, recebimento de ativo de contrato.

b. Faturamento pelo uso da rede elétrica de transmissão (RAP) e de Contratos de Conexão da Transmissão (CCT), e, recebimento de ativo de contrato.

c. Valores a receber do Mercado de Curto Prazo – MCP e provisão de energia elétrica de curto prazo a ser liquidada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCLD é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Abaixo a movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD, consolidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO CIRCULANTE
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.269
Baixa por perda no exercício	5
Reversão do exercício	(772)
Provisão no exercício	2.170
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.672

7. Créditos Fiscais

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	1.743	2.011	2.675	3.467
Outras Antecipações	-	-	672	182
Outros Tributos Federais - inclui IOF	-	-	6	40
TOTAL	1.743	2.011	3.353	3.689

8. Devedores diversos

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2020		31/12/2019	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Fornecedores	-	-	-	-	17	-	23	-
Empregados	-	-	-	-	215	-	35	-
Dividendos a Receber	-	-	-	-	6.987	-	4.203	-
Celg Distribuição S.A. - Celg D - Mútuo Celgpar (a)	11.962	87.888	11.201	99.850	11.962	87.888	11.201	99.850
Desativações e Alienações	-	-	-	-	21.499	12.361	3.102	-
Outros	-	-	-	-	828	-	589	6.692
TOTAL	11.962	87.888	11.201	99.850	41.508	100.249	19.153	106.542

(a) Contrato particular de mútuo financeiro efetuado entre a Celgpar e a Celg D, no exercício social de 2014, com carência de 3 anos e remunerado à 6,8% a.a.;

9. Outros créditos

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/12/2020		31/12/2019	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Bens Destinados a Alienação (a)	114	-	3.158	-
Depósitos Judiciais e Cauções	-	1.248	-	1.189
Fundo Vinculado - Serviço da Dívida FCO	-	10.971	-	8.354
TOTAL	114	12.219	3.158	9.543

(a) Imóveis inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., repassados à Controlada CELG GT conforme Promessa de Compra e Venda, com anuência da Companhia Celg de Participações - CELGP.

10. Estoques

Os estoques são compostos de materiais destinados à manutenção e operação das instalações, bem como de materiais de consumo na administração.

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Estoques		
Almoxarifado de operação e manutenção	367	259
Transformação, fabricação e reparo de materiais	1.769	3.056
Material emprestado	288	298
Material destinado à alienação	504	477
Resíduos e sucatas	5	5
(-) Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(797)	-
TOTAL	2.136	4.095

11. Ativo de Contrato

ATIVO DE CONTRATO	LOCALIDADE	CONSOLIDADO					
		31/12/2020			31/12/2019		
		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Contrato de Concessão nº 063/2001	Transmissão	150.039	1.016.686	1.166.725	130.768	973.468	1.104.236
Portaria MME nº 352/2013	Usina São Domingos	1.520	35.208	36.728	2.965	30.322	33.287
Contrato de Concessão nº 03/2015	LT 230 KV Itumbiara - Paranaíba	1.320	25.247	26.567	1.093	24.543	25.636
Contrato de Concessão nº 02/2016	Usina Rochedo	2.553	21.274	23.827	2.447	19.460	21.907
Contrato de Concessão nº 04/2016	SE 500 KV Luziânia	14.998	120.215	135.213	13.954	117.917	131.871
		170.430	1.218.630	1.389.060	151.227	1.165.710	1.316.937

Evidenciação dos Saldos Consolidados do Ativo de Contrato Reapresentados pela Controlada Celg GT na Data-Base de 31.12.2019, conforme OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020:

ATIVO DE CONTRATO	LOCALIDADE	31/12/2019					
		31/12/2019		31/12/2019		31/12/2019	
		CIRCULANTE	AJUSTES	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	AJUSTES	NÃO CIRCULANTE
Contrato de Concessão nº 063/2001	Transmissão	176.852	(46.084)	130.768	549.940	423.528	973.468
Portaria MME nº 352/2013	Usina São Domingos	2.965	100	2.965	19.867	10.455	30.322
Contrato de Concessão nº 03/2015	LT 230 KV Itumbiara - Paranaíba	2.416	(1.323)	1.093	21.091	3.452	24.543
Contrato de Concessão nº 02/2016	Usina Rochedo	4.809	(2.362)	2.447	12.666	6.794	19.460
Contrato de Concessão nº 04/2016	SE 500 KV Luziânia	24.910	(10.956)	13.954	84.994	32.933	117.917
		211.852	(60.625)	151.227	688.548	477.162	1.165.710

Abaixo a movimentação do Ativo de Contrato no Exercício:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

LOCALIDADE	CONSOLIDADO					
	31/12/2019	Receita Financeira do Contrato	Serviços de Construção ou Melhoria	Recebimentos (RAP/RAG) ou Indenização	Outras Adições e Baixas	31/12/2020
	REAPRESENTADO					
Transmissão	1.104.236	138.941	59.750	(130.768)	(5.434)	1.166.725
Usina São Domingos	33.287	4.047	383	(2.965)	1.976	36.728
LT 230 KV Itumbiara - Paranaíba	25.636	1.860	174	(1.093)	(10)	26.567
Usina Rochedo	21.907	3.161	1.170	(2.447)	36	23.827
SE 500 KV Luziânia	131.871	19.134	(1.809)	(13.954)	(29)	135.213
	1.316.937	167.143	59.668	(151.227)	(3.461)	1.389.060

12. Investimentos

INVESTIMENTOS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Participação na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT	1.313.389	1.218.332	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital na Controlada Celg GT	-	11.900	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	70.552	16.681
Participações Societárias Permanentes (c)	-	-	331	219
Energética Corumbá III S/A - ECIII (a)	-	-	66.878	65.770
Energética Fazenda Velha (b)	-	-	4.850	4.526
SPE Pantanal Transmissão S.A. (d)	-	-	59.402	55.251
SPE Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (d)	-	-	40.986	38.641
SPE Lago Azul Transmissão S.A. (e)	-	-	22.527	24.304
Firminópolis Transmissão S.A. (f)	-	-	20.231	13.343
	TOTAL	1.313.389	1.230.232	285.757
				218.735

(a) A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT controla de forma conjunta o Consórcio Empreendedor Corumbá III, que tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III na qualidade Produtores Independentes de Energia. A usina encontra-se em operação comercial desde 24 de outubro de 2009, com capacidade instalada de 93,6 MW. Abaixo a distribuição do quadro societário deste Consórcio:

Acionistas - Energética Corumbá III ECIII	Participação
CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	37,5%
Geração CIII S.A.	25,0%
CEB - Companhia Energética de Brasília	37,5%
	100,0%

(b) Valor referente à participação e aportes para futuro aumento de capital, efetuados pela Controlada Celg GT, na Energética Fazenda Velha, situada no município de Jataí – Estado de Goiás, que entrou em operação comercial em 11 de maio de 2016, destinada à comercialização de energia gerada, com potência instalada de 16,5 MW, e concessão de 35 anos. Abaixo a distribuição do quadro societário desse Empreendimento:

Empreendimento	Acionistas	Participação
Energética Fazenda Velha S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	20,0%
	Construtora Vilela e Carvalho Ltda.	26,7%
	CCN - Construções e Comércio Ltda.	26,7%
	Luana - Administração & Participações Ltda.	26,6%
TOTAL		100,0%

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Trata-se de integralização de capital, efetuada pela Controladora e pela Controlada Celg GT, referente à participação na Cooperativa de Crédito dos Empregados da Celg (SICOOB JURISCREDCELG).

(d) SPE referentes ao Leilão ANEEL nº. 02/2013, correspondendo aos empreendimentos dos Lotes abaixo relacionados, tendo sido constituídas, em agosto de 2013, as seguintes Sociedades de Propósito Específico (SPE): Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (Lote B - 10% de participação) e Pantanal Transmissão S.A. (Lote F - 49% de participação):

– LOTE B:

LT 500 kV Brasília Leste - Luziânia – DF/GO - C1 e C2, em operação comercial na data-base de 31 de dezembro de 2020;

SE Brasília Leste 500/138 kV - (6+1)X180MVA, em operação comercial na data-base de 31 de dezembro de 2020;

LT 230 kV Brasília Geral - Brasília Sul - C3 (subterrânea), em operação comercial desde o dia 24 de abril de 2017;

LT 345 kV Brasília Sul - Samambaia - C3, em operação comercial desde o dia 06 de maio de 2016.

– LOTE F: SE Campo Grande II 230/138 kV, 2x150 MVA – MS, em operação comercial desde o dia 08 de junho de 2016.

Abaixo a distribuição do quadro societário destes dois empreendimentos, com a participação da Controlada Celg GT:

<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	10,0%
	Fundo de Investimentos em Participações Caixa-Milão	51,0%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	39,0%
Total		100,0%

<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Pantanal Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	49,0%
	CEL Engenharia Ltda.	51,0%
Total		100,0%

(e) SPE referente ao Leilão ANEEL nº. 07/2013, correspondendo ao empreendimento do Lote abaixo relacionado, tendo sido constituído a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Lago Azul Transmissão S.A., em operação comercial desde o dia 19 de setembro de 2016:

- LOTE D: LT 230 kV Barro Alto – Itapaci – GO, C2.

Abaixo a distribuição do quadro societário desse empreendimento, com a participação da Controlada Celg GT:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Lago Azul Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	50,1%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	49,9%
Total		100,0%

(f) SPE Firminópolis Transmissão S.A.:

A Controlada Celg GT participou do Leilão ANEEL nº. 05/2015, tendo vencido o Lote L, para a construção de subestações e linhas de transmissão da Rede Básica, referente à LT 230 kV Trindade – Firminópolis. Para a implantação e exploração desse empreendimento foi constituída, em fevereiro de 2016, a SPE Firminópolis Transmissão S.A., que entrou em operação comercial em 1º de março de 2019, sendo a participação da Controlada Celg GT de 49% (quarenta e nove) por cento do capital social, e o quadro societário dividido da seguinte forma:

<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Firminópolis Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	49,0%
	CEL Engenharia Ltda.	51,0%
TOTAL		100,0%

12.1. Investimentos Diretos em Controlada

As principais informações sobre os investimentos em Controlada são apresentadas a seguir:

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>INVESTIMENTO DA CELGP NA CONTROLADA CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. CELG GT</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
		REAPRESENTADO
Capital Social da Controlada	670.449	649.548
Quantidade de Ações	329.725	329.725
Percentual da Participação Societária	100%	100%
Patrimônio Líquido da Controlada	1.218.332	905.221
Investimento antes da Equivalência Patrimonial	1.218.332	905.221
Aumento de Capital na Controlada	20.900	29.504
Outros Resultados Abrangentes	2.065	(4.785)
Resultado da Equivalência Patrimonial na Controlada	165.643	71.097
Ajustes de Exercícios Anteriores (a)	-	234.181
Dividendos Obrigatórios / Adicionais - Controlada	(93.551)	(16.886)
Valor Patrimonial do Investimento na Controlada	1.313.389	1.218.332

(a) Refere-se a ajuste de exercício anterior efetuado pela Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, na rubrica do Ativo de Contrato, líquido de impostos diferidos, que totalizou R\$234.181.

13. Imobilizado

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os bens do Ativo Imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, sendo que as principais taxas de depreciação, por macroatividade, estão discriminadas na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015. O valor recuperável desses ativos, estimado com base no valor em uso calculado pelos fluxos de caixa futuros, superou o seu valor contábil, portanto não houve perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				
	31/12/2020			31/12/2019	
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA BAIXAS	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Móveis e Utensílios	59	10,00%	(31)	28	32
TOTAL	59	-	(31)	28	32

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO				
	31/12/2020			31/12/2019	
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA BAIXAS	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Máquinas e Equipamentos	5.736	4,59% e 6,54%	(3.459)	2.277	3.060
Veículos	908	6,43%	(672)	236	366
Móveis e Utensílios	440	10% e 6,43%	(189)	251	182
Subtotal	7.084		(4.320)	2.764	3.608
Em curso:					
Geração	4.136	-	-	4.136	3.625
Administração Central	722	-	-	722	483
Subtotal	4.858		-	4.858	4.108
TOTAL	11.942	-	(4.320)	7.622	7.716

Movimentação:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO			
	Depreciação			Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2020
	Saldos em 31/12/2019	Saldos em 31/12/2020	Saldos em 31/12/2019				
Imobilizado em Serviço - Geração	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado em Serviço - Administração Central	32	(4)	28	3.608	9	(2)	(851)
Total em Serviço	32	(4)	28	3.608	9	(2)	(851)
Imobilizado em Curso - Geração	-	-	-	3.625	514	(3)	-
Imobilizado em Curso - Administração Central	-	-	-	483	338	(99)	-
Total em Curso	-	-	-	4.108	852	(102)	-
Total do Imobilizado	32	(4)	28	7.716	861	(104)	(851)

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a.** Vinculação do Imobilizado - de acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução Normativa ANEEL nº 691/2015 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para a aplicação na concessão.
- b.** Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, Estados, Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração e transmissão, cuja quitação ocorrerá no final da concessão.
- c.** Imobilizado em Curso – Referem-se, substancialmente, às obras de expansão em andamento do sistema de geração e transmissão.

14. Ativo intangível

O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2020 diz respeito aos direitos de servidão de passagem e utilização do bem público, cuja vida útil é indefinida e softwares de vida útil definida, com prazos de amortização de 20% ao ano.

ATIVO INTANGÍVEL	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
		REAPRESENTADO
Ativo Intangível em Serviço (a)	8.672	9.039
TOTAL	8.672	9.039

(a) A reapresentação do saldo dos tributos diferidos se refere ao ajuste de exercícios anteriores do Ativo de Contrato, promovido pela Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT

Movimentação do Ativo Intangível no período:

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2019	CONSOLIDADO			Saldos em 31/12/2020
		Adições / Unitizações	Baixas	Amortização	
Intangível	9.039	75	(32)	(410)	8.672
Total do Intangível	9.039	75	(32)	(410)	8.672

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Adiantamentos para futuro aumento de capital

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1	1.252.877	1	1.252.877
TOTAL	1	1.252.877	1	1.252.877

Refere-se aos seguintes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo acionista majoritário Estado de Goiás no ano de 2011: 1) R\$ 8.725, para atendimento às despesas administrativas e operacionais, e para o pagamento das obrigações com a controlada Celg GT, decorrentes do contrato de mútuo efetuado para suprir a operação da Celgpar; e 2) R\$ 100.000, objeto do Protocolo de Intenções assinado pelo Estado de Goiás e Eletrobrás, com vistas ao saneamento econômico-financeiro da CELG D (atual Enel). O saldo anterior de R\$ 3.275 também foi adiantado pelo acionista majoritário com vistas à manutenção da operação da Celgpar. No ano de 2012 foi adiantado pelo acionista majoritário o valor de R\$ 1.270.111, objeto da 2ª parcela do empréstimo captado pelo Governo do Estado de Goiás em decorrência do acordo com a Eletrobras e União. Esse valor foi posteriormente alocado pela Celgpar na Celg D (atual Enel), tendo sido promovido o aumento de capital nessa empresa em vinte e cinco de setembro de 2012, conforme deliberações da 220ª Assembleia Geral Extraordinária, mediante a emissão de 106.642.366 (cento e seis milhões, seiscentas e quarenta e duas mil, trezentas e sessenta e seis ações ordinárias). Além desse montante, no ano de 2012 foi adiantado o valor de R\$ 2.000 para atendimento às despesas administrativas e operacionais da Celgpar. De 31 de dezembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018 foi efetuado Adiantamento para Futuro Aumento de Capital pelo Estado na Celgpar no montante de R\$ 38.305. Observou-se, por sua vez, que do montante adiantado pelo Estado na Celgpar, R\$ 169.539 foram repassados ao acionista majoritário no exercício social de 2017, objeto de quitação parcial de assunção de dívida efetuado por este a favor da Celgpar. Apesar disto, por meio do Ofício nº 646, de 1º de novembro de 2017, o Estado ratificou a decisão de promover a capitalização dos créditos remanescentes destes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, mediante o cumprimento das formalidades legais/societárias de processo de chamamento para aumento de capital. Observa-se que este processo foi iniciado com a fixação das condições deste aumento de capital por meio de subscrição particular de ações, determinadas na 49ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, ocorrida em 03 de dezembro de 2019, tendo a homologação de ações e aumento do Capital Social da CELGP PAR ocorrido no exercício social de 2020, por meio das deliberações ocorridas na 50ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, do dia 03 de abril de 2020.

16. Empréstimos e financiamentos

São detalhados os valores devidos por instituição financeira, moeda contratada, bem como os indexadores dos empréstimos e financiamentos e a distribuição dos valores devidos no passivo não circulante.

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos estão a seguir demonstradas:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/12/2020		31/12/2019	
	PRINCIPAL		PRINCIPAL	
EM MOEDA NACIONAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Banco do Brasil S/A	10.693	95.747	9.917	100.100
Eletra (a)	-	-	863	-
Total em Moeda Nacional	10.693	95.747	10.780	100.100

A descrição das características dos principais empréstimos e financiamentos é a seguinte:

- a. ELETTRA - refere-se à parcela do saldo devedor junto à ELETTRA dos empregados da Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, sendo o saldo atualizado com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.;
- b. Recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, captados pela Controlada Celg GT. Os recursos tem a finalidade de fazer face aos compromissos de investimentos, inerentes a reforços, determinados pelas Resoluções Autorizativas ANEEL - REA nº 4.891/2014 e 5.444/2015, bem como em decorrência da implantação de empreendimentos relativos aos Contratos de Concessões nº 003/2015 e 004/2016, todos da Controlada Celg GT. Sobre os valores lançados na conta vinculada à Cédula de Crédito Bancário, bem como o saldo devedor daí decorrente, incidirão juros que serão calculados pela Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais - TFC, nos termos da Resolução CMN nº 4.622, de 02/01/2018 e legislação posterior que venha alterá-la, ou outro indicador econômico-financeiro que legalmente venha substituí-la, debitados no dia primeiro ou dia útil subsequente, inclusive durante o período de carência. A TFC é formada pela composição da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e pelo seu componente prefixado, que nos termos da lei são a Taxa de Juros Prefixada da TLP relativa à remuneração da parcela dos recursos “i”, nos termos do Artigo 2º da Lei nº 13.483, de 21/09/2017, da Resolução CMN nº 4.600, de 25/09/2017 e legislação posterior que venha alterá-la, o Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR), o Fator de Programa (FP), o Fator de Localização (FL) e o Bônus de Adimplência (BA) de 15% (quinze por cento) quando houver. Sobre o componente prefixado da TFC, será concedido BA, desde que as prestações da dívida (principal e encargos financeiros) sejam pagas integralmente até a data do respectivo vencimento. Nas operações de financiamento com recursos do FCO, o componente prefixado da TFC, a ser aplicado com o BA vigente na data da contratação, será calculado por dias úteis, com base na equivalente diária (ano de 252 dias úteis) de 4,389 (quatro inteiros e trezentos e oitenta e nove milésimos) pontos percentuais ao ano; já nas operações de financiamento com recursos do FCO, o componente prefixado da TFC, a ser aplicado sem o BA vigente na data de contratação, será calculado por dias úteis, com base na equivalente diária (ano de 252 dias úteis) de 5,163 (cinco inteiros e cento e sessenta e três milésimos) pontos percentuais ao ano. Os juros referidos acima serão exigíveis integralmente a contar de 02/01/2019, no dia primeiro, trimestralmente durante o prazo de carência (12 meses), e, mensalmente durante o período de amortização (132 meses), juntamente com as prestações do principal, nas remições, proporcionalmente aos valores remidos, no vencimento e na liquidação da dívida.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição do saldo devedor em Moeda Nacional, por indexador é a seguinte:

CONSOLIDADO - 31/12/2020			CONSOLIDADO - 31/12/2019			
Banco do Brasil			Banco do Brasil			
INDEXADOR	S/A	Total	INDEXADOR	S/A	Eletra	Total
TFC (CMN)	106.440	106.440	TFC (CMN)	110.017	-	110.017
INPC	-	-	INPC	-	863	863
Total	106.440	106.440	Total	110.017	863	110.880

Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

CONSOLIDADO - 31/12/2020		
Ano	Banco do Brasil S/A	Total
2021	10.693	10.693
2022	10.603	10.603
2023	10.604	10.604
2024-2030	74.540	74.540
Total	106.440	106.440

17. Fornecedores

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Fornecedores de Energia Elétrica				
- Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	17	74
- Imobilizações em Curso	-	-	6.145	4.459
TOTAL	-	-	6.162	4.533
Fornecedores de energia elétrica - CCEE				
TOTAL	-	-	6.162	4.533
Materiais e Serviços				
TOTAL	393	14	1.484	1.420
TOTAL	393	14	7.646	5.953

18. Tributos e contribuições sociais

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
INSS A PAGAR	75	75	1.746	1.769
INSS - RETIDO DE TERCEIROS	-	-	-	423
PIS - CORRENTE	-	-	385	279
PIS - RETIDO NA FONTE	-	-	7	5
COFINS - CORRENTE	-	-	1.778	1.294
COFINS - RETIDO NA FONTE	-	3	31	23
IMPOSTO DE RENDA - CORRENTE	-	-	16.411	12.247
IMPOSTO DE RENDA - RETIDO NA FONTE	70	43	77	50
CONTRIBUICAO SOCIAL - CORRENTE	21	53	5.638	3.608
FONTE	-	-	10	7
ISS - RETIDO DE TERCEIROS	-	-	38	43
FGTS A PAGAR	17	17	608	606
OUTROS	-	-	290	613
TOTAL	183	191	27.019	20.967

19. Obrigações estimadas

A composição da conta obrigações estimadas é a seguinte:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	2020	2019	2020	2019
Folha de Pagamento	688	491	4.456	4.462
TOTAL CIRCULANTE	688	491	4.456	4.462

a) Referem-se às estimativas das obrigações de férias, 13º salário e encargos sobre a folha de pagamento dos empregados da Celgpar e Controlada Celg GT.

20. Encargos setoriais

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/12/2020		31/12/2019	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Taxa de Fiscalização – ANEEL (a)	80	-	61	-
Compensação Financeira p/Utiliz.Rec.Hídricos	34	-	43	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	2.870	-	3.625	-
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (b)	240	5.420	169	4.497
Programa de Inc. Fontes Alternativas - PROINFA	114	-	260	-
TOTAL	3.338	5.420	4.158	4.497

(a) A Taxa de Fiscalização – Aneel foi instituída pela Lei nº. 9.247/1996 e regulamentada pelo Decreto nº. 2.240/1997. É uma receita destinada à Aneel e cobrada de todos os

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras****Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

concessionários, permissionários ou autorizados, representada por 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do benefício econômico anual auferido;

- (b) Pesquisa & Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética – PEE: de acordo com a lei, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,25% de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética.

21. Provisões para contingências e com benefícios pós-emprego**21.a – Provisões para contingências:**

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA							
	31/12/2020				31/12/2019			
	VALOR DA PROVISÃO				VALOR DA PROVISÃO			
	No Exercício		Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício		Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais
Baixa	REF.	Baixa			Provisão			
NAO CIRCULANTE								
Trabalhistas / Regulatórias								
Diversos	-	B.1	8	148	-	-	140	-
Total Trabalhistas	-		8	148	-	-	140	-
TOTAL - NAO CIRCULANTE	-		8	148	-	-	140	-

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO								
	31/12/2020				31/12/2019				
	VALOR DA PROVISÃO				VALOR DA PROVISÃO				
	No Exercício		Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício		Provisão Acumulada	Depósitos Judiciais	
Baixa	REF.	Baixa			Provisão				
NAO CIRCULANTE									
Trabalhistas / Regulatórias									
Diversos	(1.139)	B.1	4.040	7.229	1.248	-	-	4.328	1.189
Total Trabalhistas	(1.139)		4.040	7.229	1.248	-	-	4.328	1.189
TOTAL - NAO CIRCULANTE	(1.139)		4.040	7.229	1.248	-	-	4.328	1.189

- Os critérios e divulgação das Contingências Passivas consubstanciaram-se na NBC TG 25 – R1 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

a. Contingências Passivas

As Contingências da Controladora dizem respeito a processos de natureza trabalhista, onde a mesma figura como segunda ou terceira reclamada sendo, em todos os processos, estimada a probabilidade de perda remota pelo corpo jurídico interno da Companhia.

A Controlada Celg Geração e Transmissão – CELG GT responde por processos judiciais de natureza trabalhista e fiscal, sendo efetuada a provisão suficiente para cobrir tais perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

b. Contingências Ativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras****Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Inexistem contingências ativas classificadas com possibilidade de ganhos praticamente certos, inclusive no âmbito tributário.

c. Prescrição Fiscal

Os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Fazenda Nacional, sujeitam a extinção completa da obrigação fiscal ao transcurso do prazo de prescrição de cinco anos contados da data do lançamento.

21.b – Provisões com benefícios pós-emprego (Ver nota 34 – Plano de aposentadoria):

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	NAO CIRCULANTE	NAO CIRCULANTE	NAO CIRCULANTE	NAO CIRCULANTE
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	511	729	3.752	6.105
TOTAL	511	729	3.752	6.105

22. Outros credores, obrigações sociais e trabalhistas e tributos diferidos

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020		31/12/2019	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NAO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NAO CIRCULANTE REAPRESENTADO
Folha de Pagamento - Incluindo PDV	-	-	1	-	51	-
Fundação Celg de Seguros e Previdência - Eletra	5	10	239	-	233	-
Empréstimos Consignados	-	-	584	-	560	-
Tributos Retidos na Fonte	-	-	978	-	873	-
Tributos Diferidos (a)	-	-	-	406.163	-	355.196
Celg Distribuição S.A. - Celg D	-	-	-	2.027	-	2.048
Dividendos a Pagar	39.529	-	39.529	-	-	-
Outros	18	14	386	-	2.034	-
TOTAL	39.552	24	41.717	408.190	3.751	357.244

(a) A reapresentação do saldo dos tributos diferidos se refere ao ajuste de exercícios anteriores do Ativo de Contrato, promovido pela Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT

a- Segue abaixo a composição dos Tributos Diferidos na posição patrimonial consolidada.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rubrica	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
		REAPRESENTADO
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Diferenças temporárias passivas	28.637	5.326
Diferenças temporárias passivas - Receita financeira de contrato ²	269.870	248.362
Diferenças temporárias passivas - Laudo RBSE/RPC	-	-
Diferenças temporárias ativas	(6.097)	(4.721)
	<u>292.410</u>	<u>248.967</u>
PIS e COFINS diferidos ¹		
Diferenças temporárias passivas	2.275	1.752
Diferenças temporárias ativas - Receita financeira de contrato ²	111.469	104.477
	<u>113.744</u>	<u>106.229</u>
Outros Tributos diferidos - ISS		
Diferenças temporárias passivas	9	-
	<u>9</u>	<u>-</u>
	<u>406.163</u>	<u>355.196</u>

¹ Tributos sobre provisão de energia elétrica de curto prazo a ser liquidada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e, sobre ajuste ao valor justo de títulos públicos (receitas financeiras).

² A reapresentação dos saldos de 31/12/2019 se referem ao ajuste de exercícios anteriores promovido pela Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT no Ativo de Contrato.

23. Patrimônio Líquido

COMPOSIÇÃO EM:	CONTROLADORA		
	31/12/2020	NO EXERCÍCIO	31/12/2019
			REAPRESENTADO
Capital Realizado	1.072.594	98.830	973.764
Prejuízos Acumulados	-	2.616.537	(2.616.537)
Ajustes de Exercícios Anteriores Reflexos - Controlada Celg GT	234.181	-	234.181
(+/-) Resultado Acumulado no Exercício	166.436	166.436	-
(-) Destinação do Resultado e Ajustes de Exercícios Anteriores Reflexos - Controlada Celg GT	(361.089)	(361.089)	-
Constituição de Reserva Legal	8.322	8.322	-
Constituição de Reserva de Lucros	352.767	352.767	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	(39.528)	(39.528)	-
Total do Patrimônio Líquido	1.433.683	2.842.275	(1.408.592)
Outros Resultados Abrangentes	(14.902)	2.283	(17.185)
Total do Patrimônio Líquido	<u>1.418.781</u>	<u>2.844.558</u>	<u>(1.425.777)</u>

(a) As 77.928 ações ordinárias são escriturais e sem valor nominal;

(b) O valor do Capital Social Realizado da Celgpar, à época de sua constituição, consta do boletim de subscrição anexo à escritura pública de constituição originária de sociedades por ações, sob a denominação da então Companhia Goiás de Participações – Goiaspar. A subscrição foi efetuada levando-se em conta a totalidade do investimento detido pelo Estado de Goiás no capital social da então Companhia Energética de Goiás/Celg D, atual Enel, cujos valores nominais se vinculam à aplicação do percentual de participação direta na Celg D, à época correspondente a 98,3262% sob o total do Patrimônio Líquido

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

avaliado, que montava em R\$ 987.296, perfazendo o total do investimento inicial em R\$ 970.770.

O valor patrimonial desse investimento serviu de suporte para a escrituração contábil do capital social inicial da Celgpar no valor de R\$ 970.770, correspondente ao total do Patrimônio Líquido na data de sua constituição, não evidenciando, portanto, a abertura das respectivas rubricas de reservas de reavaliação presentes no Patrimônio Líquido da Celg D. Desta forma, a realização das respectivas reservas de reavaliação da Celg D, ocorridas nos exercícios sociais seguintes e, especificamente no exercício social de 2010, onde ocorreu a sua realização parcial contra o ativo imobilizado reavaliado, provocando a diminuição do seu Patrimônio Líquido e reflexo direto no valor patrimonial do investimento, provocou o efeito direto contra prejuízos acumulados da Celgpar. Este efeito não provocou qualquer impacto nos resultados dos exercícios subsequentes à constituição da Companhia;

- (c) Os outros resultados abrangentes se referem ao seguinte: 1) Reflexo dos outros resultados abrangentes reconhecidos diretamente contra o Patrimônio Líquido da Celg D, concernente ao passivo atuarial vinculado ao Plano de Assistência de Saúde mantido pela mesma, no montante de R\$ 11.067; 2) Passivo atuarial vinculado ao Plano de Previdência patrocinado pela Celgpar, decorrente de avaliação atuarial efetuada por atuário externo, no montante de R\$ 511 (Ver Nota 34); e 3) Passivo atuarial vinculado ao Plano de Previdência patrocinado pela Controlada Celg GT, decorrente de avaliação atuarial efetuada por atuário externo, no montante de R\$ 2.065.

24. Receita de suprimento de curto prazo, receitas de construção, outras receitas e deduções da receita

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
Suprimento	1.557	3.533
Serviços de Operação e Manutenção (a)	101.176	97.347
Receita de Construção (b)	59.668	71.430
Receita Financeira da Concessão (c)	167.143	81.821
(-) Deduções da Receita (d)	(51.120)	(44.657)
TOTAL - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	278.424	209.474

- (a) Remuneração destinada pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de contrato, assim como conexões nos ativos de transmissão da rede básica;
- (b) Receita de construção conforme ICPC 01 (R1), correspondente a serviços de aquisição de equipamentos/serviços incorporados ao ativo de contrato. No encerramento das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 as receitas consolidadas totalizaram R\$ 59.668 e R\$ 71.430 respectivamente;
- (c) Refere-se ao reconhecimento de ajuste a valor justo dos Ativos de Contrato da Concessão de Transmissão;

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Deduções da Receita:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
PIS	5.438	4.193
COFINS	25.045	19.314
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	849	633
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos-CFURH	263	276
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	1.986	1.573
Conta de desenvolvimento energético	14.752	15.315
Outros encargos - PROINFA	2.787	3.353
TOTAL	51.120	44.657

24.1 – Outras Receitas – Não Operacionais:

DESCRIÇÃO - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019
AJUSTE A VALOR JUSTO - PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	51.982	15.464
OUTRAS RECEITAS	20.808	3.642
TOTAL - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	72.790	19.106

25. Custos, despesas operacionais e outras despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais de caráter geral e administrativo, especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONTROLADORA			
	DESPESAS		TOTAL	
	GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal e Administradores	4.467	4.275	4.467	4.275
Serviços de Terceiros	1.125	650	1.125	650
Depreciação/Amortização	4	4	4	4
Provisão/Reversão para Contingências	8	120	8	120
Tributos	25	1.051	25	1.051
Outras	281	235	281	235
TOTAL	5.910	6.335	5.910	6.335

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONSOLIDADO					
	CUSTO DO SERVIÇO		DESPESAS		TOTAL	
	OPERAÇÃO		GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Energia Elétrica Comprada para Revenda	16	2.352	-	-	16	2.352
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	586	622	-	-	586	622
Pessoal e Administradores	20.921	20.443	29.045	30.572	49.966	51.015
Material	70	1.028	400	655	470	1.683
Serviços de Terceiros	8.218	7.789	5.143	4.522	13.361	12.311
Depreciação/Amortização	-	65	851	907	851	972
Amortização - Ativo de Contrato	290	240	120	141	410	381
Provisão/Reversão p/Crédito Liq. Duvidosa	1.248	772	-	-	1.248	772
Provisão/Reversão para Contingências	-	-	3.848	225	3.848	225
Tributos	11	218	4.164	2.585	4.175	2.803
Recuperação de Custos/Despesas	(28)	(1.230)	(32)	(22)	(60)	(1.252)
Custos de Construção	53.671	64.823	-	-	53.671	64.823
Outras	1.628	1.612	1.539	1.882	3.167	3.494
TOTAL	86.631	98.734	45.078	41.467	131.709	140.201

26. Seguros (não revisado)

A Companhia e sua Controlada, em 31 de dezembro de 2020, tem contratadas as apólices de seguro dos bens e instalações vinculados aos Contratos de Concessão das Atividades de Geração e Transmissão.

27. Encargos financeiros e efeitos inflacionários

Não houve transferência de encargos financeiros e efeitos inflacionários para o ativo imobilizado em curso por não existir, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, capital de terceiros vinculado a obras em andamento.

28. Remuneração dos administradores e empregados

A remuneração de empregados e dirigentes da Celgpar e de sua Controlada observam os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Remuneração - PCR. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a maior e menor remuneração atribuída a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro/2020, foram R\$ 43 e R\$ 4, respectivamente. Aos membros de diretoria e assessoria da Celgpar, a maior e menor remuneração corresponde a R\$ 43 e R\$ 4, não sendo cumulativa para os diretores da Controladora comuns à Controlada.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e Diretoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				TOTAL
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)	
Número de Membros	9	2	3	3	17
Remuneração Fixa até o final do Exercício	468	104	156	1.677	2.405
Salário ou pró-labore	468	104	156	1.677	2.405
Valor Total da Remuneração, por órgão	468	104	156	1.677	2.405

(1) Dois membros da Diretoria foram remunerados pela Controlada Celg GT e um pela Celgpar, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)
Número de Membros	9	2	3	3
Valor da maior remuneração individual	4	4	4	43
Valor da menor remuneração individual	4	4	4	43
Valor médio da remuneração individual	4	4	4	43

(1) Dois membros da Diretoria foram remunerados pela Controlada Celg GT e um pela Celgpar, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

29. Resultado financeiro

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2020 - 31/12/2020	01/01/2019 - 31/12/2019	01/01/2020 - 31/12/2020	01/01/2019 - 31/12/2019
Receitas				
Variações Monetárias	-	-	64	20
Rendas	7.086	8.008	11.937	15.212
Outras	-	41	1.341	743
Total das Receitas	7.086	8.049	13.342	15.975
Despesas				
Variações Monetárias	-	-	(278)	(493)
Encargos de Dívidas	(2)	(284)	(6.740)	(6.839)
Outras - inclui IOF aplicações financeiras	(9)	(14)	(51)	(56)
Total das Despesas	(11)	(298)	(7.069)	(7.388)
TOTAL GERAL - RESULTADO FINANCEIRO	7.075	7.751	6.273	8.587

30. Imposto de renda e contribuição social

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rubrica	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social correntes				
Contribuição social corrente	105	161	9.554	7.554
Imposto de renda corrente	267	430	26.498	20.942
	372	591	36.052	28.496
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Contribuição social diferida	-	-	11.502	1.191
Imposto de renda diferido	-	-	31.941	3.299
	-	-	43.443	4.490
	372	591	79.495	32.986

As despesas de Imposto de Renda e de Contribuição Social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos os valores líquidos desses efeitos fiscais.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado consolidado está demonstrada abaixo:

Rubrica	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado líquido antes dos impostos	166.808	72.513	245.931	104.908
Tributos sobre o lucro a alíquota nominal de 34%	56.715	24.654	139.935	59.841
Exclusões ao lucro contábil - efeito fiscal da equivalência patrimonial na Controlada Celg GT - 34%	(56.343)	(24.063)	(56.343)	(24.063)
Diferenças permanentes	-	-	(4.073)	(2.757)
Diferenças temporárias	-	-	(43.443)	(4.490)
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa	-	-	-	-
Diferencial de alíquota de imposto de renda	-	-	(25)	-
Programa Empresa Cidadã	-	-	-	(11)
Imposto de renda e contribuição social correntes	372	591	36.052	28.496
Diferenças temporárias	-	-	43.443	4.490
Diferenças temporárias de exercícios anteriores	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	43.443	4.490
Tributos sobre o lucro	372	591	79.495	32.986
Alíquota fiscal efetiva dos tributos sobre o lucro	0,2%	0,8%	32,3%	31,4%

31. Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas controladores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e a

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste período, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA	
	31/12/2020	31/12/2019
Lucro Líquido do Período Atribuível aos Acionistas:		
Ações Ordinárias	166.436	71.922
Total	166.436	71.922
Média Ponderada das Ações Ordinárias	77.928	32.774
Total	77.928	32.774
Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária	2,136	2,194

32. Instrumentos financeiros e riscos operacionais

Em atendimento à Deliberação CVM nº 763, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou a NBC TG 48 (Instrumentos Financeiros); a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou a NBC TG 39 – R4 (Instrumentos Financeiros: Apresentação); a Deliberação CVM 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou a NBC TG 40 – R2 (Instrumentos Financeiros: Evidenciação); e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e sua Controlada efetuaram a avaliação de seus instrumentos financeiros, sendo eles: a) Numerário disponível (equivalente ao valor contábil); b) Contas a receber (sujeitas a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; e c) Empréstimos e financiamentos (medidos a valor justo e contabilizados por valores contratuais).

a. Considerações sobre os riscos

Os negócios da Controlada Celg GT compreendem, principalmente, a geração e transmissão de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são os seguintes:

a.1 Risco de taxa de juros:

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos, quando aplicáveis, e vinculados a projetos específicos de infraestrutura básica, obtidos em moeda estrangeira junto a instituições internacionais de desenvolvimento possuem taxas menores, compatíveis com tais operações, não disponíveis no mercado financeiro nacional.

a.2 Risco de crédito:

O risco de crédito surge da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos e para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber implementando políticas específicas de cobrança. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização desses.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.3 Risco quanto à escassez de energia:

Trata-se de risco de déficit de energia, decorrente de condições climáticas desfavoráveis quanto à ocorrência de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hídricas. Anos de estiagem prolongada influenciam o volume de água em estoque nos reservatórios das usinas que, em níveis críticos, elevam o risco de desabastecimento de energia. Neste cenário, eventuais impactos no consumo de energia elétrica podem ocasionar perdas em razão da redução de receitas para a Controlada Celg GT. Verifica-se que as principais bacias hidrográficas do país, onde estão localizados os reservatórios das regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, tem enfrentado situações climáticas adversas nos últimos anos, levando os órgãos responsáveis pelo setor a adotarem medidas de otimização dos recursos hídricos para garantir o pleno atendimento ao sistema elétrico. Com base nestas perspectivas, e em relação ao risco de curto prazo, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE tem apontado equilíbrio entre a demanda e a oferta de energia, mantendo os índices dentro da margem de segurança. Por outro lado, esse risco é calculado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS que, segundo informações do plano mensal de operação divulgado no site www.ons.org.br, não prevê um programa de racionamento para os próximos dois anos.

33. Transações com partes relacionadas

As principais operações realizadas com a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, e o Acionista Controlador Estado de Goiás, podem ser resumidas como a seguir demonstrado:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante				
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (2)	-	1.588	-	-
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (3)	39.340	16.886	-	-
TOTAL:	39.340	18.474	-	-
Passivo Não Circulante				
Estado de Goiás (1)	-	1.533.588	-	1.533.588
TOTAL DO PASSIVO:	-	1.533.588	-	1.533.588

(1) Refere-se ao Contrato de Assunção de Dívida efetuado pelo Estado de Goiás com a Caixa Econômica Federal, referente ao Contrato de Financiamento nº. 0412.113-76/2014, dívida esta capitalizada no âmbito da 53ª AGE do dia 28.05.2020;

(2) Contrato de Mútuo Financeiro firmado entre a Celgpar e a Celg GT, assinado em 28 de dezembro de 2016;

(3) Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pela Celg GT, em 31.12.2020.

34. Plano de aposentadoria

A Celgpar é patrocinadora da ELETRA – Fundação de Previdência Privada, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos empregados da companhia. A seguir, apresentam-se as principais informações quanto aos benefícios aos associados e seus reflexos na patrocinadora:

a) Definição dos tipos de benefícios

A Celgpar, através da ELETRA, oferece aos seus empregados o plano denominado Plano Misto de Benefícios - CELGPREV, instituído a partir de setembro de 2000, na característica

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido, na fase de pagamento.

A Celgpar tem responsabilidade, no Plano Misto, e na fase de acumulação, variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

b) Descrição do Plano Misto de Benefícios - CELGPREV

b1) Características

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do Plano são os seguintes:

BENEFICIO
Suplementação de Aposentadoria
Suplementação de Aposentadoria por Invalidez
Suplementação de Pensão
Suplementação de Abono Anual

c) Estatísticas dos participantes e assistidos do Plano CELGPREV

ESTATÍSTICAS	CONTROLADORA
	31/12/2020
Participantes Ativos	3
Idade Média (anos)	56
Salário Médio (R\$)	9.079
Aposentados Válidos	2
Idade Média (anos)	61
Benefício Médio (R\$)	4.242

d) Custo do Patrocinador

Até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante de contribuições da Celgpar para a ELETRA foi de R\$ 80.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Política adotada para reconhecimento de Perdas e Ganhos atuarias:

e1) De acordo com a Lei Complementar nº. 108, de 29 de maio de 2001, os resultados deficitários dos planos devem ser equacionados paritariamente entre as Patrocinadoras, os Participantes e os Assistidos, enquanto que os superávits são destinados à constituição de reserva de contingência.

e2) De acordo com a divulgação dos Resultados Atuariais, efetuado por empresa de consultoria independente, com base na NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados), o Plano Celgprev apresentou montante para Valor da Obrigação Actuarial do Plano, comparativamente aos resultados de 31/12/2019. Dessa forma foi efetuado o reconhecimento de passivo actuarial no valor de R\$ 511, contra resultados abrangentes, à luz da NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados).

35. Outras informações

a. Conciliação entre o Lucro Líquido e o Caixa Líquido Gerado/Consumido nas Atividades Operacionais

Conforme as orientações do item 20A da NBC TG 03 – R2 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais deve ser fornecida, caso a entidade utilize o Método Direto para apurar o fluxo líquido das atividades operacionais. Abaixo a referida conciliação:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	166.436	71.922	166.436	71.922
MAIS	15	302	214.369	178.118
Depreciação/Amortização	4	4	1.261	1.353
Amortização do Ativo de Contrato	-	-	151.227	109.618
Provisão para Desvalorização de Participações Societárias Permanentes	-	-	-	-
Perda de Equivalência Patrimonial	-	-	-	-
Custo da Construção	-	-	53.671	64.823
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	-	-	1.230	647
Outras Despesas Financeiras - Variações Monetárias	11	298	11	298
Outros Custos e Despesas e Provisões/Reversões	-	-	6.969	1.379
MENOS	(172.729)	(79.146)	(329.147)	(190.272)
Ganho de Equivalência Patrimonial	(165.643)	(71.097)	(20.153)	(7.942)
Receita da Construção	-	-	(59.668)	(71.430)
Outras Receitas Financeiras - Variações Monetárias	(7.086)	(8.049)	(10.008)	(10.691)
Ganhos em Participações Societárias	-	-	(215)	(216)
Ganhos na Alienação de Materiais	-	-	(19.978)	(2.708)
Outras Receitas Operacionais - AVJ	-	-	(51.982)	(15.464)
Receita Financeira da Concessão	-	-	(167.143)	(81.821)
AJUSTES POR VARIAÇÃO NO CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO	873	585	55.734	(3.948)
Contas a receber	-	-	(7.141)	312
Créditos fiscais	-	-	68	(1.123)
Outros devedores	11.469	10.920	11.216	11.540
Estoques	-	-	1.959	15
Despesas pagas antecipadamente	-	-	190	(131)
Fornecedores	379	(7)	7	98
Obrigações Sociais e Trabalhistas	-	-	(74)	424
Tributos e contribuições sociais	(8)	64	6.798	(10.863)
Obrigações estimadas	197	184	197	184
Encargos Setoriais	-	-	103	1.865
Provisão para Litígios	-	-	2.893	(5.964)
Benefício Pós-Emprego	-	-	(59)	8
Outros credores	39.528	(7)	39.302	(16)
Outras variações ativas e passivas	(50.692)	(10.569)	(50.692)	(10.569)
CAIXA LÍQUIDO GERADO(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(5.405)	(6.337)	107.392	55.820

b. Autorização para Apresentação das Demonstrações Financeiras

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas Demonstrações Financeiras são eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 31 de dezembro de 2020, e a data na qual é autorizada a emissão dessas Demonstrações.

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020 da Celgpar tiveram sua emissão autorizada no âmbito da Diretoria em 29 de março de 2021, e foram apreciadas no âmbito do Conselhos de Administração e Fiscal em 30 de março de 2021.

c. Continuidade Operacional

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Objetivando estabelecer as condições de continuidade operacional da Companhia, a Administração da Celgpar implementará paulatinamente as seguintes medidas nos próximos exercícios sociais:

- i. Manter, quando necessárias, as solicitações de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, junto ao Estado de Goiás, em níveis condizentes com sua execução orçamentária, buscando garantir a situação de adimplência com fornecedores, governo e financiadores;
- ii. Estabelecer condições de gerenciamento e captura dos resultados futuros e fluxo de dividendos da Controlada Celg GT, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões de geração e transmissão.

d. Evento Subsequente relacionado à Controlada Celg GT

Conforme Fato Relevante divulgado ao Mercado no dia 26 de fevereiro de 2020, a Celgpar comunicou aos seus acionistas que recebeu, por ofício, a determinação do representante do acionista controlador, para que seja contratada empresa ou consórcio de empresas para elaboração de estudos e posterior assessoria, para alienação das ações de sua propriedade na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT e suas participações em outros empreendimentos. Estas tratativas encontram-se em andamento, tendo ocorrido a contratação de consórcio de empresas para a referida avaliação, tendo ocorrido a conclusão das etapas de *Due Diligence*, elaboração do laudo de avaliação e aprovação da continuidade da operação nas instâncias superiores de governança da Celgpar, especificamente na 55ª AGE, de 11 de fevereiro de 2021 e 160ª Reunião do Conselho de Administração, de 19 de fevereiro de 2021, com a aprovação da realização do Leilão destas ações no ambiente da B3 – Brasil, Bolsa e Balcão S.A. O cronograma deste processo está em linha com as seguintes datas:

- Realização de Audiência Pública: 17 de março de 2021;
- Abertura do *Data Room* aos potenciais interessados: 18 de março de 2021;
- Publicação do Edital do Leilão e anexos: a partir de 8 de abril de 2021;
- Realização de *Roadshow*: 15 de abril de 2021;
- Sessão Pública do Leilão: 13 de maio de 2021.

Além dos fatos acima, não ocorreram quaisquer outros fatos supervenientes entre a data do Fato Relevante e a data de autorização destas Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Savio de Faria Caram Zuquim

Membros: Savio de Faria Caram Zuquim, Wagner Oliveira Gomes, Lener Silva Jayme, José Fernando Navarrete Pena, Fabrício Borges Amaral, Fernando Oliveira Fonseca, Dionizio Jerônimo Alves, Daniel Augusto Ribeiro e Gilmar José de Moraes.

CONSELHO DE FISCAL

Presidente: Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt

Membros: Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Leonardo Lopes Saad.

DIRETORIA

Lener Silva Jayme
Diretor-Presidente

CPF: 479.523.006-44

José Fernando Navarrete Pena
Diretor Vice-Presidente e de relações
com Investidores
CPF: 303.118.701-63

Anita Luzia de Souza Pinheiro da Costa Belchior
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 704.879.101-25

RESPONSABILIDADE TÉCNICA:

Eduardo José dos Santos
Contador – CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia CELG de Participações – CELGP
Goiânia – GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da **Companhia CELG de Participações S/A - CELGP** (“CELGP” ou “Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Companhia CELG de Participações S/A - CELGP** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Ativo de Contrato (Nota explicativa 11)

Conforme Nota Explicativa nº 11, o principal ativo da Companhia é seu ativo de contrato no montante de R\$ 1.389.060 mil, segregado em curto e longo prazo, de acordo com a vigência do contrato de concessão. E estão segregados esses saldos com o contrato de concessão nº 063/2001, referente a linha de transmissão, contrato de concessão nº 03/2015, linha de transmissão de Itumbiara, contrato de concessão nº 02/2016, Usina de Rochedo e contrato de concessão nº 04/2016, Luziânia. A administração registra os contratos de concessão de transmissão de energia dentro dos critérios de aplicação da interpretação técnica 01 – ICPC 01 (R1), assim como do CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, e as considerações do ofício CVM OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os eventuais impactos por julgamentos e entendimentos dos registros do ativo de contrato da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos dispêndios incorridos na execução do contrato; ii) leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iii) a avaliação, com apoio de especialistas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, de fluxo de caixa, na margem do contrato e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e iv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo contratual e da receita da infraestrutura de transmissão e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras.

b) Investimentos (Nota Explicativa 12)

Conforme Nota Explicativa nº 12, os Investimentos da Controlada CELG GT possuem registrado saldos de coligadas e controladas em conjunto “joint venture” no montante de R\$ 214.874 mil (consolidado), esses saldos sofreram um aumento devido aportes e AFAC e equivalência patrimonial das investidas. A Companhia detém 20% (vinte por cento) da Energética Fazenda Velha S/A, com a concessão de 35 anos, a participação na Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S/A são de 10% (dez por cento), a Energética Corumbá III S/A a participação é de 37,50% (trinta e sete vírgula cinco por cento), na Pantanal Transmissão S/A a Companhia participa de 49% (quarenta e nove por cento), Lago Azul Transmissão S/A a participação acionário de 50,01% (cinquenta vírgula um por cento) e Firminópolis Transmissão S/A a participação de 49% (quarenta e nove por cento) do capital social.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos entre as coligadas e joint ventures, sendo que a Administração da Companhia necessita de um rigoroso controle desses investimentos para que seus saldos quando consolidados tenham segurança na determinação dos valores apresentados.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a revisão dos controles internos da Companhia sobre as informações de suas investidas para base do cálculo da equivalência patrimonial, a revisão dos cálculos e composições de participação individual em cada investida, validação dos controles analíticos elaborados pela Administração da Companhia, testes na efetivação do saldo de equivalência patrimonial, movimentação do mapa de investimento e leitura de todas as demonstrações financeiras destas investidas e o relatório de seus auditores independentes. Também efetuamos a análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos em tais documentos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Ênfases

Alienação de ações

Conforme nota explicativa nº 35.d, em 26 de fevereiro de 2020, a Companhia comunicou aos seus acionistas que recebeu, por ofício, a determinação do representante do acionista controlador, para que seja contratada empresa ou consórcio de empresas para elaboração de estudos e posterior assessoria, para alienação das ações de sua propriedade na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT e suas participações em outros empreendimentos. Estas tratativas encontram-se em andamento, tendo ocorrido a contratação de consórcio de empresas para a referida avaliação, tendo ocorrido a conclusão das etapas de Due Diligence, elaboração do laudo de avaliação e aprovação da continuidade da operação nas instâncias superiores de governança da Celgpar, especificamente na 55ª AGE, de 11 de fevereiro de 2021 e 160ª Reunião do Conselho de Administração, de 19 de fevereiro de 2021, com a aprovação da realização do Leilão destas ações no ambiente da B3 – Brasil, Bolsa e Balcão S.A. Além dos fatos acima, não ocorreram quaisquer outros fatos supervenientes entre a data do Fato Relevante e a data de autorização destas Demonstrações Financeiras. Nossa opinião não está ressalvada por conta deste assunto.

Ativo Contratual

Conforme nota explicativa nº 11 em 31 de dezembro de 2020, o saldo do ativo contratual da controlada Celg GT é de R\$ 1.389.060 mil. O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Celg GT, de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas, o que impactaria diretamente na análise e provisão de “impairment”. Nesse exercício a Administração utilizou o julgamento no cálculo do ativo de contrato, conforme o CPC 47 e considerações do ofício CVM OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020, o conceito de impairment divulgados pelo CPC 01, efetuando ajustes retrospectivos em suas estimativas quando

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

necessário com o intuito de que o ativo de contrato não supere seu valor de recuperação baseado em sua projeção de recebimento de caixa, trazido a valor presente, conforme divulgado naquela nota explicativa, demonstrando as reapresentações ocorridas. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios e não incluem quaisquer ajustes contábeis adicionais relativos à realização e classificação dos valores de ativos e passivos oriundos dos ajustes orçamentos e de obra no ativo de contrato. Nossa opinião não está ressalvada por conta deste assunto.

Reapresentação dos saldos comparativos

Conforme divulgado na Nota Explicativa no 11, a Companhia procedeu com reapresentações, de forma retrospectiva, dos saldos correspondentes do balanço patrimonial consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Os ajustes aplicados decorrem da reavaliação do ativo de contrato da controlada Celg GT conforme ofício CVM OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020, já comentado no parágrafo acima de nosso relatório intitulado “Ativo Contratual”. Nossa opinião não está ressalvada por conta deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria da demonstração financeira da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com a demonstração financeira e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação à demonstração financeira tomada em conjunto.

Outras informações que acompanham a demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre a demonstração financeira não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se,

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstração financeira livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração da demonstração financeira, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração da demonstração financeira.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações na demonstração financeira ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se a demonstração financeira representa as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau (SC), 30 de março de 2021.

Berkan Auditores Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7 S GO

Bradley Ricardo Moretti
Contador CRC SC-023618/O-6 S GO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Celg de Participações - Celgpar, em cumprimento à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e às demais disposições legais e estatutárias, conheceram e examinaram o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e os respectivos documentos complementares, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base nos exames efetuados e, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas pela Berkan Auditores Independentes S.S., em 30 de março de 2021, bem como as informações e esclarecimentos recebidos da Administração da Companhia Celg de Participações - Celgpar no decorrer do exercício, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Goiânia, **30 de março de 2021.**

Cristiane Alkmin Junqueira
Schmidt
Conselheira Fiscal

Leonardo Lopes Saad
Conselheiro Fiscal

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Celg de Participações-CELGP, em cumprimento à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e às demais disposições legais e estatutárias, conheceram e examinaram as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base nos exames efetuados e, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas pela Berkan Auditores Independentes S.S., em 30 de março de 2021, bem como as informações e esclarecimentos recebidos da Administração da Companhia Celg de Participações - Celgpar no decorrer do exercício, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação do Conselho Fiscal, em consonância com o § 1º, Art. 66, do Estatuto Social.

Goiânia, **30 de março de 2021.**

Julio Cesar Costa
Presidente

Osair Pinheiro Silva
Integrante do Comitê de
Auditoria Estatutário

Bianca Christine Martins Rezende
Steindorff
Integrante do Comitê de Auditoria
Estatutário

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O PARECER DOS
AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia Celg de Participações - CELGPAR, em cumprimento ao disposto no Art. 25, inciso V da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e às disposições estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com o Parecer, sem ressalvas, da Berkan Auditores Independentes S.S., emitido em 30 de março de 2021, referente às Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020.

Goiânia, 30 de março de 2021.

Lener Silva Jayme
Diretor-Presidente
CPF nº. 479.523.006-44

José Fernando Navarrete Pena
Diretor Vice-Presidente e de Relações
com Investidores
CPF nº. 303.118.701-63

Anita Luzia de Souza Pinheiro da
Costa Belchior
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 704.879.101-25

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

Os Diretores da Companhia Celg de Participações - CELGPAR, em cumprimento ao disposto no Art. 25, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e às disposições estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020.

Goiânia, 30 de março de 2021.

Lener Silva Jayme
Diretor-Presidente
CPF nº. 479.523.006-44

José Fernando Navarrete Pena
Diretor Vice-Presidente e de Relações
com Investidores
CPF nº. 303.118.701-63

Anita Luzia de Souza Pinheiro da
Costa Belchior
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 704.879.101-25